

A INTERVENÇÃO ESTRANGEIRA DURANTE A REVOLTA NA ARMADA 1893-1894....



Veterano Cel Eng e EM Cláudio Moreira Bento
Historiador e Pensador Militar, Memorialista e Jornalista



LIVRO DIGITAL

Capa por Camila Karen C.S. Renê, com cores da bandeira do Brasil
ao fundo, feita sob orientação do autor.

A INTERVENÇÃO ESTRANGEIRA DURANTE A REVOLTA NA ARMADA 1893-1894

O Presente artigo foi nossa contribuição às comemorações do centenário da Revolução Federalista e da Revolta na Armada 1893-1895, e foi publicada na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** a 154.nº378 (jan-mar) e nº 379 (abr-jun) 1893 p.221-268 e estará disponível em Livros e Plaquetas em Conflitos no site www.ahimtb.org.br posição onde se encontra nosso artigo publicado na mesma revista O massacre federalista do Rio Negro em Bagé em 28 de novembro de 1893.

SUMARIO

Introdução p.2

A revolta de 1\5 da Armada na Baía de Guanabara e seus objetivos p.3

Premissas da presente interpretação p.9

Causas da Revolta na Armada p.9

O Plano Militar da Revolta na Armada p. 11

Execução do plano da Revolta na Armada p.12

Notas ao texto p.14

Navios de guerra na intervenção estrangeira na Revolta na Armada p.21

A Esquadra legal no combate à Revolta na Armada p. 24

O Pensamento do Almirante Gonçalves sobre a missão recebida p. 25

Operações da Esquadra Legal de 22 jan-23 jun 1894 -5 meses p.26

Operações da Esquadra legal em Santa Catarina e Paraná p.28

Nota ao apêndice 2 p.34

Repercussões da ação do embaixador do Brasil nos EUA, Salvador de

Mendonça no combate a Revolta na Armada p.35

**O Almirante Jerônimo Gonçalves o comandante da Esquadra Legal no
combate a1\5 da Armada em Revolta p.36**

Fontes consultadas p.41

**O Ataque do Almirante Custódio de Mello a Rio Grande em Abril
1894, incluído agora no artigo em tela sobre a intervenção estrangeira por
muito esclarecedor p.44**

**Currículo cultural sintético do Cel Claudio Moreira Bento em setembro de
2023 p.48**

Currículo autora da capa p.50

INTRODUÇÃO

Faz mais de um século que teve curso na baía de Guanabara a Revolta de 1/5 da Esquadra, visando depor o vice-presidente no exercício

da Presidência do Brasil — o marechal Floriano Peixoto, que fora confirmado na função pelo Congresso, com base nas Disposições Transitórias da Constituição Federal.

A revolta de 1\5 da Armada na Baía de Guanabara e seus objetivos

Revolta cruenta que durou 6 meses e 6 dias na baía de Guanabara e que teve início em 6 set 1892 e término em 12 mar 1894, quando os revoltosos depuseram as armas e foram acolhidos como asilados políticos a bordo das corvetas **Mindelo** e **Afonso d’Albuquerque** de Portugal. Intervenção estrangeira esta que provocou um azedo e tenso rompimento de relações diplomáticas Brasil - Portugal. Em âmbito nacional, a revolta teve fim só em 17 abr 1894, quando, em Santa Catarina, o almirante Jerônimo Gonçalves, após torpedear e neutralizar o couraçado revoltoso **Aquidabã**, com apoio na Esquadra legal (“Esquadra de Papelão”), o retomou após abandonado por sua tripulação, então comandada pelo comandante Alexandrino de Alencar, que viria a ser mais tarde o Ministro da Marinha de três governos da República.² Durante a revolta as cidades do Rio de Janeiro e de Niterói tiveram suas populações submetidas ao pânico, aos efeitos das ações psicológicas desenvolvidas pela Revolta na Armada e Governo em confronto e, a possibilidade de serem vítimas dos bombardeios trocados entre os navios revoltados, as fortalezas e baterias de artilharia de terra, em apoio ao Governo, além dos canhões de navios de guerra estrangeiros surtos nos portos do Rio e Niterói,³ caso não fossem atendidos em suas imposições, pelo Governo e Revolta na Armada, no afã de protegerem negócios, patrimônios e vidas de súditos de seus países. Os bombardeios foram violentos sobre Niterói e não foram dirigidos sobre o Rio de Janeiro, cuja população, padeceu os feitos dos boatos de que a Revolta na Armada “abriria uma ampla avenida com seus canhões, do litoral até o Palácio do Itamarati, sede do Governo da República”.

O combate à Revolta da Armada foi feito com as cidades do Rio de Janeiro e Niterói sob estado de sítio, aprovado pelo Congresso em 10 set 1893, o que deu ao Governo a faculdade de adotar medidas excepcionais.

A intervenção inicial de navios de guerra estrangeiros surtos no porto, impôs à Revolta na Esquadra e ao Governo, sob pena de recorrerem ao uso da força, o Acordo de 5 out 1893 que vigorou por dois

meses e meio, até 25 dez., pelo qual a cidade do Rio de Janeiro foi considerada **Cidade Aberta** e poupada de bombardeio naval, desde que as fortalezas e baterias do Governo no Rio de Janeiro não hostilizassem os navios da Revolta na Armada.. O acordo não foi respeitado! Ao contrário, a cidade de Niterói, bastante fortificada e guarnecida por forças do Governo, foi bastante bombardeada em resposta da Revolta na Armada às hostilidades do Governo. Pesados bombardeios navais foram despejados sobre as fortificações ou baterias do Governo de Santa Cruz, Gragoatá, Armação, Ponta da Areia, Marui, Imbuí, Praia de Fora e ruas perpendiculares à baía, além de ataques navais vigorosos sobre a Armação e ilha de Mocanguê, para controlá-las, por sua importância logística. Niterói ficou isolada do Rio de Janeiro por paralisação das barcas que faziam a ligação, por ruptura dos cabos telefônicos submarinos e, além, por interferência na ligação ferroviária Rio- Niterói, só normalizada quando a Revolta na Esquadra perdeu o seu último apoio em terra, em Magé, em 15 fev 1894.

A Revolta na Armada que desde o início da Revolta submeteu o Rio de Janeiro e Niterói a rigoroso bloqueio naval que foi aos poucos sendo relaxado, por imposição, sob ameaça de uso da força, por navios de guerra estrangeiros surtos na baía, por não considerarem a Revolta na Armada beligerante e, sim, revoltosa.

Bloqueio Naval que terminou por intervenção à força dos Estados Unidos, em 30 jan 1894, quando o almirante Benham, comandante de Divisão Naval de 5 cruzadores, usando a “diplomacia da canhoneiras”, autorizada pelo presidente Cleveland, impediu, após um tiro de advertência do cruzador **Detroit**, que o navio **Trajano** da Revolta na Armada impedisse um barco americano de desembarcar sua carga, antes de ser inspecionada. E declarou então que qualquer ato da Revolta na Armada contra navios americanos seria considerado pirataria, por não considerá-la beligerante.⁴

A intervenção estrangeira, da qual resultou o Acordo de 5 out 1893 que tornou o Rio, **Cidade Aberta** e que foi firmado entre a Revolta na Armada e Governo e sob a fiscalização estrangeira, foi bem recebido pelo Revolta e Governo e pela intervenção estrangeira. Para a Revolta na Armada representava a economia de suas escassas munições, poupar danos em seus navios e baixas em suas tripulações em duelos de artilharia, nos quais o Governo levava nítida vantagem, além de maior liberdade de manobrar próximo às praias junto ao Riode Janeiro. Para o

Governo, o Acordo o tornou inatacável em sua sede política, dando-lhe tempo para organizar a resistência em todo o Brasil e, especialmente no Rio, ordenar tranquilamente as suas representações em Nova York, Londres, Toulon e Montevideu para a formação da Esquadra legal, receber do exterior armamentos e munições necessárias, mobilizar forças no restante do Brasil, em especial no Norte e Nordeste, monopolizando para isto o cabo submarino, os telégrafos e obtendo recursos abundantes. Para a intervenção estrangeira pouparia-lhe o trabalho difícil e talvez cruento de assegurar proteção aos interesses comerciais e às vidas de seus compatriotas, como foi o caso da Itália que forneceu a primeira vítima da Revolta — um marinheiro seu que foi morto a bala por forças do Governo, acidentalmente, tendo este de pagar à Itália pesadíssima indenização.

A intervenção estrangeira se completou na organização e operação da Esquadra legal ao comando do almirante Jerônimo Gonçalves que foi em grande parte formada com navios equipamentos, armamentos e munições adquiridas dos Estados Unidos, Prússia e Inglaterra e, guarnecida expressamente por marinheiros americanos, ao lado marinheiros da Esquadra e de alunos das escolas militares de Fortaleza, Rio e Porto Alegre mobilizados para a emergência, na falta quase absoluta de marinheiros brasileiros em revolta. O apoio americano ao Governo deve-se em grande parte, na frente diplomática, à ação do embaixador brasileiro em Washington, Salvador de Mendonça, que habilmente procurou demonstrar que as nações européias eram simpáticas à revolta, que era inclusive apoiada pela Inglaterra que oferecia munições aos revoltosos e que seria a segunda Monarquia a ser restaurada nas Américas, depois do Haiti.

Para procurar junção com a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a Revolta na Armada estabeleceu em Santa Catarina, que havia se desligado da União, e tendo como capital Desterro (atual Florianópolis) o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil que em vão procurou e não conseguiu reconhecimento internacional. O presidiu, de 14 out 1892-12 mar 1894, de forma unitária e com caráter militar, o Capitão de Mar- e- Guerra Frederico Guilherme de Lorena que fora despachado da Esquadra do Rio, no comando da Divisão Naval Expedicionária, para tentar juntar-se aos federalistas no Sul e com eles compor o Governo Provisório do Brasil. Governo que em desestabilização progressiva enfrentou grandes

dificuldades: por haver se pronunciado contra o manifesto de Saldanha da Gama, considerado como de sentido restaurador da Monarquia; por apresentarem a seus integrantes ideologias diversas sobre o verdadeiro sentido de República; darem demonstrações de vaidades e ciúmes e, por não ter feito Gaspar Silveira Martins, líder da Revolução Federalista, exilado em Montevideu, embaixador do Governo Provisório junto a Argentina e Uruguai, fato que culminou de seu Governo ser taxado pelos federalistas, por seu caráter militar, de “um arremedo do Governo Federal de Floriano Peixoto”, obrigando-o, em reação, a taxar então Silveira Martins de “o maior mal que assolava o Estado do Rio Grande do Sul”⁵ Lorena, após substituído por um triunvirato civil, ao qual não compareceu o representante federalista do Rio Grande do Sul e que durou só um mês,⁶ terminou sendo preso e humilhado publicamente por ordem do Governo local legal, representado pelo coronel Moreira César, ao qual se atribui o seu fuzilamento, como represália aos federalistas que haviam praticado atrocidades contra republicanos governistas em Santa Catarina e Paraná.⁷

A intervenção estrangeira que resultou no Acordo de 5 out 1893, pelo qual o Rio de Janeiro foi considerado **Cidade Aberta**, foi solicitado e estimulado pelo Governo que dele muito se beneficiou, por ganhar tempo em sua estratégia de domínio da Revolta na Armada, por usar forças navais estrangeiras em seu benefício, até que pudesse dispor de meios navais, em mobilização. Por outro lado, a Revolta na Armada se beneficiou diretamente da intervenção de navios de guerra portugueses que receberam os revoltosos após deporem as armas e na condição de asilados políticos e, indiretamente, e após diretamente, da intervenção do Uruguai e da Argentina que serviram de asilo e mesmo de base de operações de quatro invasões federalistas ao Brasil, inclusive a 4^a e última invasão ao comando do almirante Saldanha da Gama⁸ e por Uruguaiana, no comando de tropa federalista e remanescentes da Revolta na Armada, sob a denominação de Exército Libertador. À frente deste encontrou a morte em Campo Osório, em 24 jul 1895 o almirante Saldanha da Gama. Perda lamentável de um grande brasileiro⁹ que até hoje patrícios muito justamente lamentam, bem como a morte do marechal Floriano Peixoto, vítima de moléstia insidiosa, ocorrida 5 dias após na localidade de Floriano, em Barra Mansa. Intervenções uruguaianas

e argentinas que traziam entre os federalistas combatentes uruguaios e argentinos, aos quais se atribui a introdução do triste costume de degolar prisioneiros inermes, como o ocorrido no massacre do Rio Negro (Estação de Hulha Negra) em Bagé, onde argentinos correntinos se encarregaram de matar cerca de 333 civis, por degolamento, integrantes de um Corpo Provisório do Governo do Estado, composto de bageenses, piratinienses e canguçuenses. ao comando do coronel Manoel Pedroso, também degolado na ocasião. Massacre do qual Gaspar Silveira Martins tomou conhecimento por intermédio do comandante general Joca Tavares, que comandou a vitória federalista em Rio Negro, em 28 nov 1893 e,¹⁰ em momento em que no Rio a Revolta na Armada procurava apoio dos federalistas, sem êxito, e Saldanha da Gama era pressionado pela Revolta e Governo a definir-se. Comunicação a Gaspar Silveira Martins assim mencionada por Wenceslau Escobar — “Do inimigo ficaram no campo 200 mortos, contando os que em grande número foram exalar o último suspiro num mato próximo”. Isto é que eles todos foram degolados por mercenários platinos e por ordem superior e não por iniciativa própria.¹¹

Esta Revolta na Armada foi funesta para a economia do Brasil, para a unidade e harmonia da Família Brasileira e de suas Forças Armadas e desastrosa para a Marinha de Guerra do Brasil que, ao invés de impor e consolidar os objetivos que a levaram à revolta, segundo o abalizado, sério e isento historiador naval contemporâneo — almirante Leôncio Martins, “se desfez moral e materialmente, criando cisões e provocando feridas que só não foram mais graves e profundas, graças a anistia concedida em 1895 pelo presidente Prudente de Moraes”. Aliás o almirante Leôncio vem procurando desmistificar a leitura do episódio que de longa data vem sendo passada à posteridade militar naval e terrestre brasileira, para que, eliminada a ótica corporativista, em nome de um falso espírito de corpo, ela não venha causar mais males às relações Marinha e Exército, por responsabilizá-las por este desencontro lamentável e, sim, as suas lideranças da época que ambas instituições tiveram que seguir, em nome da Hierarquia, da Disciplina e da Lealdade aos chefes.¹² Estas autoridades sim, devem responder por seus atos no Tribunal da História, dentro do princípio castrense “de que o chefe é responsável pelo que acontecer ou deixar de acontecer em sua jurisdição de comando”.

“Povo ou instituição que não conhece a sua História corre o risco de repeti-la”, o que é gravíssimo quanto à repetição de erros.

A Revolta na Armada traz preciosas lições, visando a manter a unidade e integração das Forças Armadas do Brasil e responsáveis por sua Segurança e não insegurança, como foi o caso, ao ponto de se atrair a intervenção estrangeira que inclusive planejou desembarcar 750 homens na Praça 15 de Novembro, no Rio, para proteger súditos de seus países, caso o Rio fosse bombardeado pela Revolta na Armada. Intervenção que foi recusada pelo Governo de forma enérgica, sob o argumento que tinha condições de proteger os interesses estrangeiros no Rio. Fato que originou a lenda de que perguntado a Floriano como seria recebida a intervenção estrangeira naquelas condições teria respondido “A bala!”¹³

Lições preciosas a serem retiradas, especialmente por lideranças eventuais das Forças Armadas, das novas dimensões dos estudos de História Militar que isolam os mecanismos responsáveis pela eclosão de revoluções e guerras para colocá-los a serviço dos líderes, para evitar que elas aconteçam. E a obra pacificadora do Duque de Caxias é rica neste tipo de ensinamentos, mas parece foi esquecida por lideranças do Exército após a Proclamação da República, bem como de lideranças da Marinha que se empenharam numa disputa pelo poder, após haverem estado juntas na Proclamação da República. É um caso para um estudo mais profundo e isento a ser feito mais tarde, longe das paixões que ainda se fazem sentir e das pressões corporativistas. Mas este dia está chegando e com ele preciosos ensinamentos retirados da história crítica do episódio. Este tristíssimo episódio envolveu lideranças exponenciais do Brasil e que hoje ocupam um lugar merecido no Panteon dos heróis da Nacionalidade, por consagração popular, em razão das preciosas lições que deram aos pósteros, na paz e na guerra, como os marechais Deodoro e Floriano, general Gomes Carneiro, almirantes Jerônimo Gonçalves, Custódio de Mello, Wandenkolk, Saldanha da Gama, comandante Lorena, Júlio de Castilhos, Silveira Martins, Gumercindo Saraiva, que atuou com brilho como general federalista, além de outros.

É de se lamentar que não tenham encontrado um consenso ou um denominador comum para impedir a eclosão da revolta é para a aplicação de suas capacidades de liderança, na solução dos graves problemas enfrentados pelo Brasil, em transição da Monarquia para a

República, que necessitava para a sua consolidação grande esforço e cooperação, além de renúncias temporárias de posições, sem a necessidade de autoritarismos, imposições e por fim a revolta que tantos males causou e ainda causa ao Brasil. Esta revolta, ao contrário, foi um desperdício de energias e de oportunidades para o Brasil. Seus líderes, em maioria, comprometeram suas saúdes em função da revolta, desaparecendo precocemente ou imolando suas vidas preciosas. Que seus sacrifícios e vidas sirvam de reflexão às lideranças para que pacificamente, democraticamente, saibam procurar e encontrar os melhores caminhos para a construção do futuro do Brasil, para a Posteridade.

Nota importante: O número de cerca de 333 degolados em Rio Negro em 28 nov 1893, foi extraído de cifra admitida pelo historiador Carlos Reverbel em **Maragatos e pica-paus** (Palegre, Presença s/d) e usado por Ernani Donato, presidente do IHGSP, em seu **Dicionário das batalhas brasileiras**. E um número maior do que 300 que adotamos em **O Massacre do Rio Negro in: Revolução Federalista**. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1993, p.123-134 (Antologia editada pelo Círculo de Pesquisas Literárias — Porto Alegre).

Premissas da presente interpretação

— O governo do marechal Floriano Peixoto era constitucional por decisão do Congresso que lhe conferiu poderes para combater a Revolta da Armada sob o regime de Estado de Sítio.

— Que não foram as instituições permanentes Exército e Marinha que se confrontaram, mas sim suas lideranças eventuais que devem responder no Tribunal da História pelos erros, equívocos e excessos praticados no envolvimento político dessas instituições na época em foco.

— Que as intervenções estrangeiras que beneficiaram o Governo e em menor grau a Revolta na Armada, são uma constante na História Militar dentro da máxima — “Não existem amizades entre nações e sim interesses”.

— Que não fora a intervenção estrangeira, com o acordo de 5 outubro 1893 que transformou o Rio de Janeiro em **Cidade Aberta**, é bem possível que ela e a sua população fossem alvo de uma retaliação incontrolável Revolta na Armada x Governo.

— Que ainda é cedo, por ainda não existir um clima isento, para

um estudo crítico da atuação do Governo e da Revolta na Armada para que dele se tire as lições. As fontes disponíveis em maioria são parciais, as barreiras corporativistas ainda se fazem sentir, bem como as pressões de mistificações e preconceitos. Mas este dia chegará e dele se retirará preciosas lições para a manutenção da unidade entre as Forças Armadas. É um estudo que deve ser feito e não omitido à Posteridade para que o episódio não se repita.¹⁵

— Que o Governo Provisório da República do Brasil que a Revolta na Armada estabeleceu, não teve nenhum reconhecimento internacional, como não revolta.

Causas da Revolta da Armada¹⁶

— Divergências sobre a forma de República a ser implantada no Brasil entre lideranças do Exército e da Marinha que participaram da Proclamação da República.

— Posição política dominante de lideranças do Exército no Governo, após proclamada a República. Posição almejada e pleiteada por lideranças da Marinha, como os almirantes Custódio de Mello e Eduardo Wandenkolk que haviam se arriscado ao tomarem parte ativa na vitória do movimento e que a esperaram sem êxito. Ou seja, terem maior participação política e administrativa, ou terem voz e vez na condução dos destinos da República. Não atendidos ou ouvidos em suas aspirações, pelo que classificavam de militarismo exercido por lideranças oriundas do Exército no Governo, passaram a fazer oposição aos governos dos marechais Deodoro que obrigaram, inclusive, a renunciar e depois a Floriano Peixoto contra o qual os almirantes citados foram até à revolta armada.

— Bloqueio de partes de lideranças do Exército a uma mais efetiva participação de lideranças da Marinha no Governo, por acharem que, em maioria, elas não tomaram parte com entusiasmo e determinação na conspiração e proclamação da República. Ou, por outro lado, que havia sido pouco expressiva a participação de lideranças da Marinha na proclamação, ao contrário de as do Exército.

— Reação armada da Esquadra, em 23 nov 1891, liderada pelo almirante e deputado Custódio de Mello, ao ato de dissolução do Congresso decretada com apoio dos governadores, em 3 nov 1891,

como protesto do marechal Deodoro à oposição que lá lhe era feita, impedindo-o de concretizar “o que era melhor para o Brasil”. Reação consistente em Custódio de Mello, almirante e deputado, a bordo do encouraçado **Riachuelo**, intimar o marechal Deodoro — presidente da República, com um tiro disparado na torre da Candelária a que Deodoro muito doente renunciasse — o que conseguiu. Ato que não contou com o aplauso do almirante Saldanha da Gama que viu Deodoro atuar no sentido de afastar lideranças expressivas do Exército, da política, o que explica a falta de apoio da instituição ao Presidente deixando-o só. ¹⁷

— Influência de Custódio de Mello, como o homem forte do Governo do marechal Floriano Peixoto, com o qual pouco a pouco passou a divergir, até abandonar o ministério em 23 abr 1893, por não conseguir impor seus pontos de vista, inclusive o de Floriano fazer uma intervenção federal inconstitucional no Rio Grande do Sul, para pacificar a Revolução Federalista. Custódio de Mello havia participado do combate das revoltas das fortalezas de Santa Cruz lideradas por um sargento; da repressão ao Manifesto dos 13 generais, incluídos aí 4 almirantes e entre eles Wandenkolk, intimando Floriano a convocar eleições para substituir o marechal Deodoro, em contradição ao Congresso que o confirmara e, destituição por Custódio de Mello dos comandantes da canhoneira **Marajó** e da flotilha do Rio Grande que haviam feito intervenção do lado da oposição contra o presidente do Rio Grande do Sul, dr, Júlio de Castilhos.

— Apoio velado que o presidente Floriano Peixoto dava ao governo de Júlio de Castilhos no combate à Revolução Federalista, liderada por Gaspar Silveira Martins, suspeito de pretender restaurar a Monarquia e com o qual lideranças do Exército haviam se desentendido em passado recente. ¹⁸

— Reação de lideranças da Marinha ao presidente Floriano Peixoto, quando almirantes consultados para exercerem o ministério da Marinha declinaram o convite, inclusive o almirante Saldanha da Gama, que respondeu de forma pessoal e insultuosa, em nome de sua contrariedade pelo predomínio político no Governo de lideranças do Exército o que ele classificava de militarismo.

— Eleição para a presidência do Clube Naval, por quase maioria dos sócios e, para presidente, do almirante Wandenkolk, signatário do manifesto dos 13 generais e o 1º ministro da Marinha na República, quando se encontrava em Buenos Aires, onde declarou que iria organizar

ações navais em apoio aos federalistas gaúchos, em protesto por sua prisão e exílio.

— Tentativa frustrada do almirante Wandenkolk de liderando os navios **Júpiter**, frigorífico, mercante que armou, e mais o mercante **Itália** de desembarcarem em Estreito e São José do Norte e fazerem junção com Gumercindo Saraiva que lá não pôde comparecer.

— Captura do **Júpiter** e prisão incomunicável na Fortaleza de Santa Cruz, no Rio, do almirante e senador Wandenkolk, acusado junto com seus oficiais de pirataria, o que mereceu protestos da opinião pública e uma argumentação favorável ao almirante senador, de parte de Rui Barbosa.

— Clima de conspiração generalizado que passou a lavrar na Marinha, julgando muitos oficiais que a única maneira de desagrar a honra da Marinha seria a rebelião clara com a deposição do presidente Floriano Peixoto e fazer suas lideranças partilharem, junto com lideranças do Exército, das responsabilidades políticas e administrativas do Governo.¹⁹

O Plano Militar da Revolta

Num complexo de Operações previstas para durarem 4 meses:

— Rebelar a Esquadra Brasileira, então chamada Armada, e reforçá-la com navios mercantes armados, material e munições retiradas dos depósitos navais da Marinha em Armação (munições) e Mocanguê (carvão combustível).

— Embarcar na Esquadra o Batalhão Naval (Fuzileiros Navais da ilha das Cobras) e o Corpo de Marinheiros (ilha de Villegagnon) para atuarem em apoio à Esquadra, como força de desembarque.

— Forçar com a Esquadra a barra do Rio de Janeiro defendida pelas fortalezas de Santa Cruz, da Lage e São João e a seguir ocupar Santos onde se esperava fossem recebidos reforços.

— Apossar-se da cidade de São Paulo que se transformaria em Quartel General ou possível sede do Governo Provisório a ser estabelecido.

— Irradiar a revolta para o Norte, Nordeste e Sul do Brasil.

— Com força terrestre poderosa, transportada por mar, desembarcá-la em Sepetiba e com ela conquistar o Rio de Janeiro e depor o Governo.

— Bloqueio naval dos portos, sob controle do Governo, impedindo este de comunicações marítimas com o exterior. Foi o caso do Rio de Janeiro e de Niterói que foram bloqueados até os americanos intervirem e o anularem.

Execução do plano

O plano era cheio de condicionantes. Conseguiu revoltar a Armada e apossar-se de munições no Laboratório Pirotécnico na Armação e de carvão de pedra combustível da ilha Mocanguê pertencente a firmas privadas nacionais e estrangeiras. Conseguiu contornar a falta de peça essencial do encouraçado **Aquidabã** que estava com o Governo por medida preventiva.²⁰ Não previu a possibilidade de intervenção de navios estrangeiros e não pôde sair barra afora em razão do almirante Saldanha da Gama e seus comandados terem permanecido neutros, “na antevisão do que iria acontecer de funesto para a Marinha, cujo futuro o almirante procurou preservar, evitando que os aspirantes da Escola Naval e o Corpo de Marinheiros, bem como as fortalezas das ilhas das Cobras, Villegagnon e das Enxadas tomassem parte na revolta”. Pressionado²¹ a fazê-lo pelo Governo e Revolta e seus alunos, aderiu à revolta 3 meses mais tarde, fazendo manifesto entendido como restaurador da Monarquia,²² que atraiu contra si: o repúdio de expressiva parte da opinião pública; da intervenção americana que pôs fim ao bloqueio naval do Rio e de Niterói; do presidente do Governo Provisório da revolta em Santa Catarina, o comandante Lorena, além de colocar nas mãos do presidente Floriano Peixoto a bandeira de Consolidador da República.

Custódio de Mello ficou inativo esperando talvez que se repetisse com o presidente Floriano Peixoto o que impusera ao presidente Deodoro da Fonseca — a renúncia para evitar derramamento de sangue. Mas, pelo contrário, aconteceu o que se atribui à previsão do almirante Saldanha da Gama: **“Se o Custódio espera jantar hoje no Palácio Itamarati (sede do Governo) engana-se, pois o major Floriano é duro e resistirá!”** E não deu outra coisa! Nem toda a oficialidade além de Saldanha da Gama aderiu à revolta. Muitos eram devotados ao presidente da República por acharem que ele a encarnava e grande parte se manteve em posição de neutralidade.

A Esquadra para não ficar imobilizada despachou uma divisão expedicionária chefiada pelo comandante Frederico Lorena que deixou o

Rio em 17 e 18 set 1893 rumo a Santa Catarina, onde instalou o Governo Provisório do Brasil. Divisão composta do cruzador **República**, torpedeira **Marcílio Dias** e cruzador auxiliar Palas. Em 1º dez 1893 foi a vez de Custódio de Melo rumar para o Sul ao comando da “**Esquadra de Fora**”, composta dos encouraçado **Aquidabã** e cruzador auxiliar **Esperança**, com os quais manteve junto com Lorena o domínio das rotas navais costeiras do Brasil até a chegada, em 13 mar 1894, da Esquadra legal no Rio, proveniente de Pernambuco.²³ Ficou no comando da “Esquadra de Dentro” o comandante Eliezer Tavares e a seguir Saldanha da Gama que ficou apoiado no navio escola **Liberdade**, cruzador **Tamandaré**, corvetas **Trajano e Guanabara**, torpedeira **Araguari** e o monitor **Javari**, sem propulsão, que seria o único afundado, além de mercantes armados. A Revolta na Armada disputou ferozmente com o Governo as posses das ilhas do Governador que o Governo conquistou em 15 dez; da Armação que o Governo conquistou em 5 fev, após encarniçado e mortífero combate e, Mocanguê. Custódio perdeu a oportunidade de atacar a Esquadra legal em formação em Recife e não dispôs de tropas de desembarque, com as quais pudesse conquistar e manter, em terra, posições estratégicas para a Revolta na Armada .

O Governo agiu rápido! Colocou em prontidão o Exército, convocou a Guarda Nacional e mobilizou 4 batalhões Patrióticos com estudantes. Conseguiu autorização do Congresso para decretar Estado de Sítio que lhe conferiu poderes ditatoriais. Solicitou e obteve apoio internacional dos EUA para por fim ao Bloqueio Naval e dar-se o status ao Rio de Janeiro de Cidade Aberta, para que não fosse bombardeada e bombardeasse a Revolta na Armada. Nomeou o almirante Jerônimo Gonçalves, herói da Guerra do Paraguai, que estava inativo, para comandar a defesa do litoral da baía da Guanabara e após organizar e comandar a Esquadra Legal com a qual, em 16 abril 1894, conseguiu, através da torpedeira legal **Gustavo Sampaio**, neutralizar com um torpedo o couraçado **Aquidabã** que foi abandonado pela guarnição em Santa Catarina e mais tarde afundou na baía de Angra, onde até hoje se encontra, após explodir acidentalmente, causando grande comoção nacional. ²⁴

O presidente Floriano Peixoto, consolidada a República, presidiu na época certa a sua sucessão, vencida por adversário político. Passou o governo democraticamente, sem nenhuma manobra visando perpetuar-se no poder. Tornou-se um ídolo popular e os aniversários de sua morte

por muitos anos foram comemorados junto a seu túmulo, com enorme afluxo popular. Eis aí um evento importante que pertence ao patrimônio cultural militar naval e terrestre das Forças Armadas do Brasil, em especial do Exército e da Marinha, para que deles se tirem preciosas lições para uso futuro e se mantenham unidas...

NOTAS AO TEXTO

1 As notas trocadas entre as legações de Portugal e Brasil, em Lisboa, foram publicadas por Vilalba. **A Revolta da Esquadra**, p. 163-186. O comandante da Força Naval de Portugal no Rio era o comandante Augusto Vidal Castilhos Barreto que acumulava o de comandante das forças navais estrangeiras. A decisão de asilar os revoltosos foi dos comandantes das respectivas forças. A escolha dos navios de Portugal foi dos revoltosos. Assim que os navios portugueses, ao deixarem o Rio, foram escoltados pelos navios ingleses **Racer** e **Beagle**, até fora da barra. Portugal ante o protesto brasileiro declarou que iria internar os revoltosos em instalações militares de Peniche e Eivas. No entanto, em Buenos Aires, eles conseguiram em maioria fugir dos navios, inclusive Saldanha da Gama, vindo depois reforçar as forças federalistas. Os restantes foram transportados a Portugal a bordo do **D. Pedro II**. Este fato provocou veemente protesto diplomático do Brasil, seguido de rompimento de relações diplomáticas, só restabelecidas após um ano e, em 16 maio 1895. A maior vítima teria sido o comandante Castilhos, preso por 89 dias, além de perder sua modelar e digna carreira, conforme conclui Heitor Lyra em **Diplomacia Brasileira na República** (Rio, IHGB, 1992 — Coleção Pedro Calmon).

2 As circunstâncias do torpedeamento do encouraçado **Aquidabã** — “**O leão de aço**”, pela caça-torpedos **Gustavo Sampaio**, em 16 abril 1894, em Santa Catarina, combate do Desterro, bem como a saga dos seus tripulantes oficiais, em terra, após abandoná-lo, consta dos documentos . 111-113, p. 202-226 em E. Villalba, **A Revolução Federalista do RGS** e na obra de seu comandante Alexandrino de Alencar. **Aquidabã — o combate de 16 abril 1894**. (Montevideu, s/ed., 1895). Este depoimento foi contestado por Altino Correia que o torpedeou com a **Gustavo Sampaio** e por João Augusto dos Santos Porto, comandante da torpedeira **Tamborim** e nas fontes relacionadas ao final deste trabalho de n^{os} 9, 14 e 22.

O almirante Gonçalves batizou o **Aquidabã** de **16 de abril**, mas o nome não pegou. Uma parte de combate de 16 de abril o chama de “altivo vaso de guerra da marinha brasileira”.

3 Os navios de guerra estrangeiros que atuaram na intervenção na Revolta na Armada que declarou o Rio **Cidade Aberta** e depois impuseram o fim do Bloqueio Naval do Rio e Niterói, constam do Apêndice 1.

4 O desempenho de Salvador de Mendonça e os resultados de sua ação diplomática junto aos EUA constam do apêndice 3. O Secretário de Estado dos EUA era o general Walter Gresham. Salvador de Mendonça teve a seu cargo a aquisição nos EUA dos navios **Niterói**, **Andrade** e **Piratini**, para a Esquadra legal do Almirante. Gonçalves e o Almirante. Joaquim Francisco de Abreu os adquiridos na Europa.

5 Segundo Vilalba em **A Revolução Federalista no RGS**. Lorena não se entendia com Alexandrino de Alencar, comandante do **Aquidabã**, que fora imediato de Saldanhada Gama com quem se entendia bem e não com Custódio de Melo. Alexandrino acusou Lorena de em Santa Catarina, à frente do Governo Provisório, de só cuidar de política e pouco ou nada da defesa de Santa Catarina. Alexandrino e Lorena foram dos poucos oficiais da Marinha que aderiram à Proclamação da República e bastante conspiraram neste sentido. Alexandrino no comando de forças navais que apoiaram a derrubada do Gabinete, em 1889, no Quartel General do Exército e, Lorena no Clube Naval.

6 A Esquadra Legal batizada pela Revolta na Armada de “Esquadra de Papelão” é focalizada por E. Villalba em **A Revolta da Armada**, 3ª ed., p. 171-185, e a sintetizamos no apêndice 2, com a incorporação de outras fontes. Villalba destaca a procedência e características técnicas dos navios adquiridos nos EUA e na Europa e faz uma defesa do Almirante. Jerônimo Gonçalves cujas ordens- do- dia ele publicou. A obra mais completa e circunstanciada sobre a Esquadra Legal ou “Esquadra de Papelão”, bem como o seu comandante é a relacionada ao final com n.º 14 de autoria do capitão de fragata’ Alberto Augusto Gonçalves.

Na obra **Revolução Federalista no RGS**. Vilalba demonstra que os federalistas não se entendiam com os revoltosos e a respeito do Governo Provisório em Santa Catarina. Ele publica os docs. 81, 84, 87, 88, 90, 93, 100, 101, 103, 104 e 106. O entendimento Revolta Revolução veio muito

tarde!

7 Vilalba, op. cit., nota 6 — **Rev. Fed. RGS**, publica doc. 116, nomeando Moreira Cézar, Governador Provisório Civil e Militar de Santa Catarina.

8 Em Vilalba, op. cit., nota anterior, doc. 116 refere ao sítio de Bagé com a participação de 500 desertores, bandidos orientais” (uruguaio). Wenceslau Escobar, historiador federalista insuspeito, em seus **Apontamentos Rev. 93** refere que os executores do massacre ou genocídio de Rio Negro, em 28 nov. 1893, foram o uruguaio Adão La torre e auxiliares correntinos (argentinos). Outros referem a facilidade com que Zeca Tavares, responsável por haver ordenado o referido genocídio de civis republicanos em número de 333, de mobilizar uruguaio para lutarem contra o governo do Brasil e do Rio Grande do Sul, em 1893-95. Júlio de Castilhos em sua correspondência, sempre denuncia o apoio uruguaio e argentino aos federalistas. É uma questão que necessita um aprofundamento!

9 Osvaldo Aranha fez antológico discurso, em 1940, junto ao monumento inaugurado de Saldanha da Gama em seu centenário, no Jardim de Alá. Frederico Vilar, em trabalho biográfico sobre Saldanha, em **Revoluções que eu vi** o transcreve. Merece ser lido e meditado pelos brasileiros!

10 Produzimos trabalho sobre o título — **Centenário do massacre do Rio Negro** para Antologia da Revolução de 93, do Círculo de Pesquisas Literárias em Porto Alegre, em 1993. Ampliamos expressivamente este trabalho para publicação na RIHGB, por tratar-se de um massacre civil, por degolamento, de 333 civis republicanos que se renderam sob garantia de vida a tropas revolucionárias federalistas. Genocídio sem precedentes na História do Brasil, que por motivos que desconhecemos vem se escondendo nas sombras da História do Brasil e contribuindo, assim, para a falsa idéia do brasileiro cordial. O comandante, em Rio Negro, foi o general João Nunes da Silva Tavares. Sobre ele recai a responsabilidade moral deste evento cruel!

11 O federalista Germano Hasslocher em **A Verdade sobre a Revolução de 93** (Palegre, s/ed., 1894, 69 p.), condena Gaspar Silveira Martins por não haver censurado seus partidários responsáveis pela carnificina de Rio Negro, a qual descreve com detalhes e não deixa de apontar os responsáveis!

12 Alexandrino Faria de Alencar, revoltoso comandante do

Aquidabã e depois combatente federalista, veio a tornar-se mais tarde ministro da Marinha de três governos. E a ele se atribuem injustiças praticadas com os legalistas da Marinha no combate à Revolta na Armada e a pedra que foi colocada em cima da memória da vida e obra do Almirante Gonçalves.

13 O marechal Floriano recusou tentativas dos EUA de intervir diretamente ou em conjunto com forças navais das 'nações européias para por fim a Revolta na Armada. Ao contrário, fez questão de organizar uma Esquadra legal para tratar do problema conforme abordamos no apêndice 3. Floriano ao organizar a Esquadra legal deve ter-se inspirado em sua experiência pessoal quando comandou, como capitão, expressiva frotilha fluvial com a qual combateu os paraguaios que invadiram o Brasil ao longo do rio Uruguai e depois realizou o cerco fluvial dos paraguaios, em Uruguiana, onde se renderam em presença de D. Pedro II.

14 Ver nota 12. Veja-se como Alexandrino de Alencar no doc. 116 de Vilalba **A Revolução Federalista de 93 no RGS**, doc. 113, p. 821, julgou mal a Esquadra legal e o Almirante . Gonçalves, não poupando elogios ao comandante da contra- torpedeira **Gustavo Sampaio**. Vide respostas nas fontes ao final n.ºs 9, 14 e 2.

15 Observo uma preocupação política de esconder-se ou minimizarem-se os episódios trágicos de degolamentos de civis inermes em Rio Negro e Boi Preto. Em alguns casos, tentar justificar-se a violência, recorrendo a versões populares sem base histórica, e a historiografia não abordá-los, ou camuflar-se a responsabilidade de ambos — o general Joca Tavares e o cel. Firmino de Paula. Rio Negro foi uma traição à causa federalista e sobre este tristíssimo evento é difícil obter-se fontes. Até hoje não se sabe os nomes das vítimas e a intimidade do massacre. Dados que tem sido substituídos por estórias, lendas e versões de natureza partidária. Impõe-se que os maragatos (federalistas) e os pica-paus (republicanos) exorcizem e condenem Rio Negro e Boi Preto e peçam desculpas à Humanidade, ao Brasil e à sociedade sul rio-grandense por aqueles crimes, de igual forma que o Papa reconheceu publicamente o equívoco do Tribunal da Inquisição, condenando Galileu Galilei e os alemães pedindo desculpas aos judeus pelo genocídio que os nazistas cometeram contra eles na última guerra. Este seria o comportamento ideal! Por oportuno aqui traduzo o pensamento do historiador Tarcísio Tabora na **Revista Militar**

Brasileira, n.º 1, jan/mar 1970, a respeito do massacre do Rio Negro:

“Rio Negro, terrível episódio que dizimou os governistas e por isto se tornou símbolo de traição e da deslealdade para com o inimigo rendido.”

Ou então o coronel João Cézar Sampaio que comandou a Divisão do Sul que libertou Bagé do sítio federalista, ao por ali passar e assistir mais de mês após, o trágico cenário do massacre de 333 civis os quais permaneciam insepultos:

“Ante o horrendo quadro, ao mesmo tempo que sentia confranger-me o coração, ao contemplá-lo e as vítimas da ferocidade de seus semelhantes, lamentei não dispor de uma máquina fotográfica, para perpetuar esta ação execrável. Hoje porém (1920) dou-me parabéns por não tê-la encontrado, pois me sentiria envergonhado, humilhado mesmo, se em outros países pudessem ver reproduzidos este quadro que só encontraria similar entre canibais.”

SAMPAIO. **O cel. Sampaio e os apontamentos do Dr. Wenceslau Escobar** (Palegre, Liv. Globo, 1920).

Já o citado Dr. Wenceslau assim se manifesta, embora federalista:

“Perante a civilização e as leis humanas nunca os assassinatos praticados em Rio Negro poderão justificar-se.”

16 Uma causa remota, a concluir-se do Almirante . Frederico Vilar, **As revoluções que eu vi**, foi a recusa do presidente marechal Deodoro em aprovar muito oneroso projeto do senador Glycério, consistente na concessão de 100 mil contos de ouro, como garantia de juros à Companhia Hidráulicas, a qual seria entregue “o vasto e precioso local do Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro, cujas oficinas e outras repartições navais ali existentes seriam transferidas para outro local que o governo deveria adquirir para tal fim.” O veto de Deodoro provocou a renúncia do ministro da Marinha Almirante Wandenkolk e do restante do Ministério que o apoiava. **“Aí, o Congresso, de maneira inconstitucional, passou a derrubar, ditatorialmente os vetos de Deodoro”**. Isto seria uma das motivações para Deodoro fechar o Congresso e dissolvê-lo, em 3 novembro 1891. Fato que provocou a revolta de 23 novembro liderada pelo Almirante. Custódio de Melo que terminou por provocar a renúncia

de Deodoro em favor de Floriano. No fundo havia uma mágoa pelo incidente, em 15 novembro 1889, do ministro da Marinha, Barão de Ladário que duelou a bala com a escolta de Deodoro terminando por sair ferido. Wandenkolk foi estudado pelo CMG FN Dino Willy Cozza nos **Anais do Congresso proclamação da República**. (Rio, IHGB, 1989).

17 O Almirante Vilar, op. cit., p. 35-37, informa que “em pouco tempo o Almirante. Saldanha da Gama” pelo encanto de seu magnetismo pessoal, pela sinceridade de seus propósitos, pelo seu nobre caráter e pelo calor de sua lealdade, tomou-se o amigo devotado, o colaborador íntimo, o homem de confiança do generalíssimo proclamador da República, em cuja defesa empunharia sua espada, resolutamente como o fez” em 23 novembro 1891, e prossegue: “Estoura a revolução de 23 novembro 1891. Saldanha da Gama pessoa de confiança e particular estima do presidente Deodoro, foi convidado para exercer o cargo de ministro da Marinha... Recusou! Preferiu e aceitou o cargo de Chefe do Estado-Maior da Armada e preparou a resistência aos revolucionários. E os teria batido se Deodoro, doente, cansado e enojado da política, não lhe houvesse enviado ordens terminantes para não agir, pois mandara chamar Floriano e renunciava em suas mãos à presidência da República. Saldanha da Gama obedece a Deodoro, exatamente quando Custódio de Melo encalhara o **Riachuelo** nos baixios de Niterói e o **Aquidabã** não podia mover-se, senão a reboque, podendo, assim Saldanha, Chefe do Estado-Maior da Armada, atacá-lo com o **Solimões** que se achava na Armação recebendo munições e cuja guarnição foi reforçada com destacamentos levados de Villegaignon”. Saldanha deixou o **Solimões** e face a ordem de Deodoro de não resistir retirou-se para a fazenda do Colégio, em Campos, de seus avós, até ser nomeado comandante da Escola Naval, em 7 abril 1892.

18 Gaspar Silveira Martins não era benquisto no Exército. Tivera divergências com Osório que muito desgostaram este chefe e que seu último gesto e palavras antes de morrer

— **“Morro e esqueço as ingratidões!”** — teria em mente ingratidões de Silveira Martins, cujo Perfil Parlamentar de n.º 14 (Brasília, Câmara dos Deputados, 1979), mostra que desejou seguir a carreira militar no que foi impedido por problemas de visão. Estudioso de História Militar da Europa, com base nestes conhecimentos fazia críticas ferinas a chefes militares, como a Deodoro, por pretensa corrupção à frente do governo do Rio Grande. Com este, nesta época, teriam disputado as preferências de

uma dama gaúcha, o que veio a acirrar a inimizade entre os dois ao ponto de existir versão que Deodoro só aceitou proclamar a República, ao saber que o possível chefe do novo Gabinete seria Silveira Martins que, em consequência, foi preso em Santa Catarina e desterrado por Dec. Nº 78, de 21 dez. 1889, para a Europa. Abrandou-lhe os castigos, a intervenção do marechal Câmara junto a Deodoro.

19 Álvaro R. Vasconcelos, em o Almirante. Custódio de Melo e a revolta de 93, **RIHGB**, nº. 175, 1940, p. 339-559 e 1949, p. 347-378, defende Custódio de Melo das acusações de: haver arrastado a Marinha a revolta em 6 set. 1893; que assim teria procedido por ambições políticas e pessoais; incapacidade de bem conduzir a Revolta à vitória e de haver desamparado o Almirante Saldanha da Gama e de nada haver feito após deixar o Rio para Santa Catarina.

Segundo o Almirante Hélio. Leôncio, Martins em **Anais Congresso Nacional Proclamação da República**, v. 2, p. 109: “O Almirante Custódio de Melo era considerado tecnicamente o oficial mais completo de sua geração. Hábil artilheiro...” Não encontrei nenhuma referência a sua capacidade como estrategista naval. Era corajoso!

20 Almirante Frederico Vilar, op. cit., aponta o que a seu ver fora imprevidência de Custódio de Melo: “Abandono da ilha das Cobras, posição estratégica dominante da baía de Guanabara, com diques, oficinas navais, depósitos de combustíveis e de suprimentos vários, hospital, laboratório, quartéis, presídio, baterias, subterrâneos; da Armação com vasto depósito de canhões torpedos, munições, oficinas, de armamento; das ilhas Mocanguê, Viana e as da enseada São Lourenço, com oficinas, diques; vastos paióis de pólvora, do Matoso, na ilha do Governador, que voaram após pelos ares. Parece que em tudo ele se baseava na certeza displicente de que Floriano não reagiria. Saldanha é que foi ocupar a ilha das Cobras, **“onde encontrou sentenciados famintos, sedentos e furiosos ao ponto de um deles investir armado de faca contra Saldanha que o dominou pessoalmente”**”.

21 Saldanha da Gama enfrentou o dilema: “Obedecer o Governo que inicialmente o prestigiou e apoiou a sua neutralidade e tão logo teve forças o pressionou a definir-se através de diversas manobras. Ou, cumprir o compromisso moral de preservar os aspirantes e os marinheiros e assim o futuro da Marinha e, finalmente, impedir por todos os meios que eles aderissem à Revolta. Para Frederico Vilar, op. cit., p. 65 — **“A neutralidade de Saldanha era sincera”**, não conseguindo impedir

evasões de aspirantes, os quais, em determinado momento foram aderir a Custódio, de onde os trouxe após cena histórica patética, digna de um filme e de um tratado de liderança e que Vilar descreve às p. 69-71.

22 Frederico Vilar, op. cit., p. 75-80, nega a intenção de Saldanha de restaurar a Monarquia e que o manifesto explicativo a respeito não teve guarida na imprensa. Frota, Guilherme Andréa, publica interessante estudo biográfico sobre Saldanha nos **Anais do Congresso do Centenário da Proclamação da República do Brasil** (Rio, IHGB, 1989), v. 3.

23 Vilar cit. nota anterior, sobre a não atuação de Custódio de Melo, que dominava as rotas no litoral do Brasil, sobre a Esquadra legal — escreve a p. 83: **“Por motivos que nunca chegamos a conhecer — segredos da nefasta República Nova instalada em Desterro (atual Florianópolis) — nossa Força Naval do Sul não foi ao norte combater os navios pacificamente reunidos pelo Almirante. Gonçalves em Pernambuco e Bahia, portos abertos, indefesos, de fácil acesso e onde a revolta francamente contava numerosos partidários e recursos. Não impediu também a concentração da Esquadra legal em Salvador”**. Recorde-se que Custódio era baiano é lá muito prestigiado e que a Revolta na Armada possuía pleno domínio no mar. **Seguramente existe uma explicação logística?**

24 Vide notas 2 e 12. Aliás, Alexandrino reconheceu o valor, a coragem e competência do comandante da Gustavo Sampaio:

“Honra seja feita ao sr. 1º tenente Altino Correia, comandante da torpedeira Gustavo Sampaio. A ele, somente, deve-se ter sido inutilizado o Aquidabã. Quanto aos outros que sejam julgados por seus companheiros”. E. Vilalba. *Rev. Federalista RGS*, p. 215.

E prossegue mais adiante:

“Esta torpedeira cumpriu o seu dever antes de fugir — lançando um torpedo na proa do Aquidabã, enquanto as outras desapareceriam no horizonte, deixando de secundar o seu bravo companheiro, que se fosse auxiliado, teria escrito uma página gloriosa para a Marinha de Guerra brasileira e que serviria de lição às marinhas de outras nações.”

O tenente Altino Corrêa não concordou que só a ele se deveu a vitória resultante do torpedeamento do **Aquidabã**, e isto ele responde nas fontes citadas ao final de n.ºs 9, 14 e 22.

APÊNDICE 1

Navios de guerra na intervenção estrangeira na Revolta na Armada 1893-94

Navios de guerra que apoiaram a intervenção estrangeira, na transformação do Rio de Janeiro em **Cidade Aberta** e que após impuseram o rompimento do bloqueio naval pelos revoltosos na Revolta na Armada 1893-94: Americanos — cruzadores **New Jark, Detroit, Charleston, São Francisco e Nova York**; ingleses — cruzador **Sirius** e canhoneiras **Beagle e Racer**; francês — cruzador **Aréthuse**; italiano — cruzador **Giovani Bausan**; portugueses corvetas **Mindelo e Afonso de Albuquerque** e, alemão cruzador **Ancona** que não aceitou participar da intervenção mas que em Santa Catarina intermediou a entrega do **Aquidabã e Marcilio Dias** pelos revoltosos, em 1 abril 1894.

No início da revolta participaram da intervenção que terminou fazendo o Rio, Cidade Aberta, pelo acordo 5 outubro 1893, os seguintes navios estrangeiros: *Os três ingleses, o francês e o italiano citados e mais a corveta Mindelo*. Deflagrada a revolta os EUA enviaram 5 cruzadores, sendo que os 2 últimos, após adesão de Saldanha da Gama à revolta e Portugal mais uma corveta e com as quais interveio a favor dos revoltosos ao recebê-los como asilados políticos e transportá-los para Buenos Aires e após para Portugal a bordo do **D. Pedro II**. Foram os cinco cruzadores americanos que impuseram à revolta o fim do bloqueio naval dos portos de Niterói e Rio. O governo comprou dos EUA armados e parcialmente guarnecidos por marinheiros americanos contratados pelo Brasil, os navios **Niterói e Andrada**, adaptadas como cruzadores e, as canhoneiras **Pedro Ivo, Pedro Afonso, Silvado, Piratini, Silva Jardim e a Gustavo Sampaio**, a qual coube atingir o encouraçado **Aquidabã** na noite de 1 abril 1894, com um torpedo na proa.

Atuaram na Esquadra Legal mais as torpedeiras embarcadas ou de porto a **Sabino Vieira** ao comando do futuro almirante Henrique Boiteux e historiador naval cuja saga ele descreve em suas **Reminiscências** e a **Tamborim** ao comando do autor da fonte ao final n.º 22.

A intervenção externa através forças navais estrangeiras e da qual

resultou o Acordo de 5 out. 93 pelo qual o Rio foi declarado **Cidade Aberta**, sob a proteção das Forças Navais estrangeiras, teve origem no seguinte documento por elas enviado para conhecimento do Governo do Brasil: “pedimos dizer ao sr. marechal que a Esquadra estrangeira esta autorizada a opor-se pela força à toda a tentativa do sr. contra-almirante Melo dirigida contra a cidade e, isto, não por desejo de imiscuir-se nos negócios do Brasil, mas por causa dos interesses superiores da humanidade, relativamente a uma população sem defesa, da qual tão grande parte é composta de estrangeiros, cuja seguridade a esquadra tem o direito de garantir: pedimos como conseqüência ao Sr. Marechal, queira tirar ao sr. contra-almirante Melo todo o pretexto de hostilidade contra a cidade, retirando as baterias que o Marechal fez colocar nela e que a Esquadra julga inúteis para a sua defesa. Temos a honra de comunicar ao sr. Marechal que para cobrir a responsabilidade de nossos governos e a nossa perante eles, publicaremos a sua resposta, se ele julgar não dever aquiescer ao nosso pedido. Voltando-nos para o lado do sr. contra-almirante Melo, nós lhe diremos que a cidade achando-se desprovida de qualquer meio de exercer hostilidades contra ele, estamos autorizados a opor-nos pela força a toda a tentativa de sua parte sobre a cidade. A bordo do **Aréthuse**, 1º de outubro de 1893.”

Este documento foi entregue aos agentes diplomáticos dos EUA, Inglaterra, França, Itália e Portugal acreditados que o passaram ao Ministro do Exterior do Brasil, Dr. João Felipe Pereira "que agradeceu a colaboração". E assim surgiu o Acordo de 5 outubro em que o Rio ficou Cidade Aberta.

Nota: O comandante do **Aréthuse** era De Barbeyrac; o do **Sirius** era W. M. Lang; o do **Bausan** era Alberto de Libero; o do **Charleston** era Henry Picking segundo G. A. Frota. **Anais Congresso Nacional.... República** (Rio, IHGB, 1989). VILALBA estuda a Esquadra Legal ou “Esquadra de Papelão”, in: **A Revolta da Esquadra**, 3.^a ed., p. 171-187, onde trata de detalhes técnicos da mesma, bem como de suas unidades e procedência, elogio e foto do Almirante Jerônimo Gonçalves.

O ponto-de-vista aos revoltosos foi abordado pelo Almirante Frederico Villar em **Revoluções que eu vi** (Rio, BIBLIEx, 1951). Ele foi revoltoso e acompanhou Saldanha da Gama, cuja memória defende inclusive com o magistral discurso de Osvaldo Aranha na inauguração de monumento a Saldanha em 14 abril 1940, no Jardim de Allah. Oração

pela qual se entende a significação histórica daquele ilustre chefe e que deve ser lida e meditada por todos os brasileiros. O Almirante Villar atribui como uma das causas do insucesso político e militar da revolta o fato de o Almirante Custódio não ter atacado a Esquadra legal do Almirante Jerônimo Gonçalves, que foi organizada calmamente em portos abertos do NE e também indefesos. Que o Almirante. Custódio aprovou o Acordo de 5 outubro 93 nestes termos — **“como homem e brasileiro meus aplausos à medida”**; Que a intervenção das Forças Navais estrangeiras declarou em 1.º jan. 94 não ter mais condições de garantir o Acordo de 5 out. 93, por ter sido desrespeitado pelo governo ao montar baterias no Morro do Castelo. Que, em 11 mar. 94, o governo sentindo-se forte frente mesmo a intervenção estrangeira, avisou o Rio que dentro de 48 horas romperia fogo contra os revoltosos e logo após entraria em ação a Esquadra legal do Almirante Gonçalves. Isto precipitou a capitulação dos revoltosos atingidos inclusive pelo beri-beri, que procuraram asilo nas Forças Navais estrangeiras, tendo escolhido os navios de Portugal comandados pelo CF Augusto Vidal de Castilhos Barreto, também comandante das Forças Navais estrangeiras, Ele foi uma das maiores figuras do episódio no Tribunal da História. Por isto foi perseguido, preso 89 dias. Processado e absolvido perdendo sua digna e modelar carreira como bode expiatório ou siri na luta entre o mar (rei D. Carlos) e o rochedo (mal. Floriano).

APÊNDICE 2

A “ESQUADRA DE PAPELÃO” NO COMBATE A REVOLTA NA ARMADA 1893-94

A Revolta na Armada, nome então da Marinha de Guerra do Brasil, e que estourou na baía de Guanabara em 6 set 1893 e terminou praticamente em Santa Catarina, em 16 abr. 1894, obrigou ao Governo a mobilizar uma Esquadra Legal que passou à História, injustificadamente, como a “Esquadra de Papelão”. Ela, no auge, chegou a dispor de 14 unidades navais. Seu comandante foi o almirante reformado Jerônimo Francisco Gonçalves, herói da Guerra do Paraguai. Ali, jovem oficial, comandou um dos encouraçados que forçaram o rio Paraguai, em Curupaiti e Humaitá. A “Esquadra de Papelão” no auge possuiu as seguintes unidades: cruzadores **Niterói** (ao comando do CT Alexandre Baptista Franco); **Andradas** (ao comando do CT João Baptista das

Neves que mais tarde em 1910 foi morto por marinheiros amotinados na Revolta dos Marinheiros. Hoje é herói naval promovido post mortem a almirante, além de nome da enseada de Angra onde se situa o Colégio Naval); o vapor armado **Itaipú** (ao comando do CT Rodolfo Lopes da Cruz); a corveta **Parnaíba** (ao comando do CT João Augusto Soares Dutra ; as torpedeiras comandadas por tenentes de Marinha e que se deslocavam em mar alto rebocadas — comandada pelo 1º ten. Altino Flávio de Miranda Correia e lembrando o nome de aluno da Escola Militar morto no combate à revolta em foco na Praia Vermelha — a **Gustavo Sampaio e a Pedro Ivo** (comandada pelo 1.º ten. Júlio Alves Brito); a **Pedro Afonso** (comandada pelo 1º ten. J. M. Paiva e mais tarde pelo 1º ten. Amintas José Jorge e homenagem a um herói do Exército que tombou morto ao lado de Marcílio Dias e de Greenhalgh); **Silvado** (comandada pelo 1º ten. Américo Brasília Silvado); **Greenhalgh** (comandada pelo citado ten. Amynthas); **Piratini** (que era semi-submarina) e a **Silva Jardim** (que foi a pique após abalroada entre o Recife e o Rio pela **Gustavo Sampaio**). Como navio hospital e tênder funcionou o **São Salvador** (ao comando do 1º ten. Tancredo de Castro Jauffret.

Foi formada em Montevideu a 3.ª Divisão da “Esquadra de Papelão” formada pelo cruzador **Tiradentes**, que havia sido enviado para reparos para enfraquecer a Esquadra, de igual forma que o **Riachuelo** havia sido mandado para reparos na Europa e mais os navios **Santos** e **Bahia**. Enfim uma Esquadra improvisada, tripulada por jovens oficiais da Marinha, e por alunos (das escolas militares do Exército do Ceará, de Porto Alegre e da Praia Vermelha e por marinheiros norte-americanos contratados em Nova York. Esta Esquadra tinha a orientá-los o almirante Jerônimo Gonçalves o CF Álvaro Nunes Belfort e o CMG Gaspar da Silva Rodrigues, respectivamente comandantes da Esquadra e das 1.ª e 2.ª divisões navais da mesma. Não se tem notícias dos comandantes da 3.ª divisão.

O pensamento do almirante Gonçalves sobre a missão recebida

O almirante Gonçalves assumiu o comando da Esquadra legal em Montevideu, em 21 out. 1893, então constituída do núcleo inicial formado pelo cruzador **Tiradentes**, couraçado **Bahia** e vapor **Santos**. Ele chegara ao Uruguai a bordo do navio inglês **Thames**, acompanhado de 6 oficiais

da Marinha, 2 oficiais do Exército, 14 sargentos e 25 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha. Ao assumir o comando baixou Ordem do Dia na qual dizia de sua missão, de seu pesar por tratar-se de lutas entre irmãos que não oferecia glórias e nem produziria heróis. Objetivava a tranquilidade do país.

E assim humildemente e sem tripudiar de seus companheiros em revolta falou:

“A luta que se está travando não produz heróis, nem glórias, muito ao contrário, todo o sangue derramado, seja de quem for, nos enche de pesar, porque é sangue de irmãos, é sangue de brasileiros. É preciso que a lei seja respeitada e, colocando-nos ao lado do governo em sua defesa, cumprimos o nosso dever de brasileiros e de militares, que acima das simpatias pessoais colocam o amor à Pátria e, deste modo, o bem-estar e a tranqüilidade do lar brasileiro que presentemente sobre os horrores do sítio e os seus sobressaltos.”

Nota: O **Tiradentes** foi comandado pelo CF José Pedro Alves de Barcos. O **Santos** foi comandado pelo CF Gaspar Silveira Rodrigues também comandante da 2.^a Divisão Naval que os dois integravam, mais o **Bahia**. Os dois oficiais do Exército eram o tenentes de Cavalaria João Cordeiro de Farias e João Cândido da Silva Murici. Foram contratados também 28 marinheiros constituindo assim o núcleo inicial da Esquadra Legal de 76 homens.

Em 26 nov. 1893 chegaram em Recife os navios adquiridos no estrangeiro para reforçar a Esquadra legal. Eram os cruzadores **Niterói** e **Andrada** e as torpedeiras **Gustavo Sampaio**, **Silvado**, **Greenhalg**, **Pedro Ivo**, **Pedro Afonso**, **Piratini**, **Bento Gonçalves** e **Silva Jardim**. O **Niterói** era guarnecido por 600 homens, metade brasileiros e metade americanos.

Em 7 dez. 1893 desembarcaram no Recife 125 alunos da Escola Militar do Ceará. Foram aquartelados no quartel do 2º Batalhão de Caçadores, em Afogados, onde se encontraram com alunos das escolas militares da Praia Vermelha e Porto Alegre, ao comando do cap. Marcos Curius Mariano de Campos. Neste quartel aguardaram a distribuição pelos navios da Esquadra legal. Estavam na espera quando, em 14 e 15

janeiro 1894, os navios revoltosos **República, Uranus e Esperança** atacaram e conquistaram o porto de Paranaguá, estendendo o domínio pelas redondezas, como Antonina por exemplo.

Operações da Esquadra legal de 22 jan-23 jun 1894 — 5 meses

Em 22 jan. 1894 o almirante Gonçalves chegou de Montevidéu, a bordo do vapor **Itaipu** armado em guerra. No mesmo dia, à tarde, à frente da Esquadra zarpou com destino a Salvador onde permaneceu todo o mês de fevereiro se adestrando e homogeneizando, dentro do possível, sua tripulação jovem e improvisada para a emergência. Enquanto isto, em 9 fevereiro, o almirante Saldanha da Gama tentara, em disputadíssimo e sangrento combate, conquistar a Ponta da Armação e, o legendário general Gomes Carneiro falecia na Lapa, que só capitulou após cumprir sua missão retardadora.

Em 1.º mar. 1894 a Esquadra legal deixou Salvador rumo ao Rio de Janeiro, onde chegou após dez dias de movimentada viagem, tendo fundeado fora da barra defronte à Escola da Praia Vermelha. Foi um grande feito para uma tão heterogênea, não especializada e jovem tripulação.

Mário Clementino, mais tarde professor de História Militar na Praia Vermelha, assuntosobre o qual produziu obra valiosa,

Nota: - As torpedeiras **Bento Gonçalves** e **Silva Jardim** foram trazidas desde a Europa por comandantes chilenos partidários de Balmaceda. A 1.^a foi inutilizada numa manobra infeliz em Maceió realizada pelo chileno. e ainda atual, como tripulante do cruzador **Niterói** registrou esta cena à noite, no litoral de Pernambuco, quando brasileiros e americanos confraternizavam:

“De repente, para terminar uma noite musical, um flautista da guarnição brasileira levantou-se e tocou o Hino Nacional Brasileiro. Todos indistintamente se puseram de pé e ouviram-no recolhidamente. No final, as palmas dos americanos estrugiram no ar. Mas quando elas cessaram, uma comoção inteiramente imprevista para nós tocou-nos profundamente. A guarnição americana, de pé e unânime, cantava o seu Hino Nacional.”

Em 11 e 12 mar. a Esquadra legal fez demonstrações de um possível ataque ao temível e temido encouraçado **Aquidabã**, próximo a

ilha dos Porcos. Em 13 mar. a Esquadra legal levantou ferros das ilhas Maricá e passou ao meio-dia frente a barra do Rio de Janeiro, onde assistiu o canhoneio das fortalezas da Lage e de Santa Cruz. Fundearam atrás da Cotunduba à espera de ordens. Ali a Esquadra legal conheceu a rendição, no dia anterior, dos revoltosos que com seu comandante, almirante Saldanha da Gama, foram acolhidos como asilados a bordo de duas corvetas portuguesas.

Ainda a 13, às 16,30 horas, a Esquadra do almirante Gonçalves entrou na barra do Rio de Janeiro na seguinte formação: **Niterói, Itaipú, Andrada, Gustavo Sampaio, São Salvador, e as torpedeiras Pedro Ivo, Pedro Afonso, Silvado, Greenhalgh e Piratini.** Ela foi objeto de salvas e aclamações de parte das fortalezas de Santa Cruz e da Lage, Gragoatá e Armação, as que sustentaram a maior reação à Revolta na Armada durante seis meses. Ela a seguir fundeou defronte a Niterói, cidade que fora a mais castigada pelo canhoneio dos revoltosos, pois o Rio fora declarada **Cidade Aberta.** Em 14 ela ajudou a eliminar os últimos focos da Revolta na Armada, tendo atuado inclusive em Paquetá, dia este que o almirante Gonçalves, em Ordem do Dia, declarou terminada a revolta na baía de Guanabara.

O resto de março e primeiros dias de abril, a Esquadra legal dedicou a preparar-se para uma expedição a Santa Catarina e lá combater remanescentes da revolta, escudados em alguns navios ao comando do almirante Custódio de Mello, entre eles o encouraçado **Aquidabã**, o único do Brasil. Encouraçado este ao comando do gaúcho filho do Rio Pardo —o comandante Alexandrino de Alencar que viria mais tarde ser Ministro da Marinha em três governos e que, em 15 nov. 1889, havia comandado tropa que apoiou a proclamação da República no Quartel General do Exército.

Enquanto isto, de 6-12 abr. 1894, o Almirante Custódio de Mello à frente de remanescentes da revolta e chamada Esquadra de Fora formada pelos navios cruzador **República** e vapores **Uranus, íris, Meteoro e Esperança** atacaram a cidade de Rio Grande com a Divisão Federalista do general Salgado. Meu pai morava na barra e possuía quase seis anos e recorda o episódio que o impressionou vivamente, inclusive os das vivandeiras que acompanhavam a tropa que desembarcaram famintas e fizeram uma operação, hoje chamada arrastão, catando dos quintais e hortas dos moradores da barra, toda a sorte de alimentos encontrados, sem que sofressem nenhuma reação.

Então os revoltosos puseram a pique a canhoneira legal **Cananéia** que mais tarde foi recuperada e prenderam a canhoneira **Camocim**. Abordamos este ataque do Almirante Custódio de Mello ao Rio Grande no livro de minha autoria **História da 3ª Região Militar 1889-1953** as p.118-125. Assunto que transcrevei ao final depois de Fontes consultadas.

Operações da Esquadra legal em Santa Catarina e Paraná

Em 8 abr. 1894 a Esquadra legal deixou o Rio rumo ao sul em busca dos remanescentes da Revolta na Armada, em torno do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil, estabelecido em Santa Catarina, que rompera com a União, e como capital a cidade de Desterro (atual Florianópolis). Aliás, governo que lembra o governo farroupilha estabelecido em Laguna — SC, em 1839, onde foi proclamada a República Juliana, com a qual os revolucionários pudessem se comunicar com o exterior. Governos citados que foram marcados pelo insucesso e não cumpriram o que deles foi esperado por ambas revoluções.

A Esquadra legal foi dividida em 3 divisões assim constituídas:

1ª — navios **Niterói, São Salvador (tênder) e Parnaíba**.

2ª — navios **Gustavo Sampaio, Pedro Ivo, Pedro Afonso e Silvado**.

3ª — navios **Santos, Itaipu e Tiradentes**.

A Esquadra Legal chegou em Santos onde ficou a corveta **Parnaíba**. Após navegar todo o dia 10, em 11 deu entrada no Porto Belo, onde conheceu que o **Aquidabã** se encontrava próximo da fortaleza de Santa Cruz na baía Norte de Santa Catarina. Reconhecimento realizado pelo vapor **Itaipú** comprovou a presença do **Aquidabã** e do **Marcilio Dias**.

Nesta ocasião, no capão do Boi Preto, em Palmeira das Missões — RS, tropas legalistas ao comando do coronel Firmino de Paula massacraram, por degolamento, tropa federalista, reeditando o massacre republicano de Rio Negro, em Bagé, em 28 nov. 1893, em que republicanos foram degolados por tropa ao comando do general Joca Tavares. Literalmente duas manchas negras na memória do Rio Grande do Sul difíceis ou impossíveis de apagar. A fortaleza de Santa Cruz, em Santa Catarina, foi bombardeada em 13 e 14 de abril, respectivamente, pelo **Andrada e Itaipú**, sem que a resposta lhes causasse danos. Em 16, às 00,00 horas, a Esquadra Legal suspendeu da enseada dos Ganchos e

às 2 horas passou a bombardear a fortaleza de Santa Cruz citada, com os navios **Tiradentes**, **Santos e Itaipú** e a fortaleza São José da Ponta Grossa com **Andrada** e a **Niterói**. As torpedeiras **Gustavo Sampaio**, **Pedro Afonso e Silvado** atacaram às 3 horas e foram alvo de vivíssimo fogo de parte do **Aquidabã** e das fortalezas, cujo valor militar tivemos a oportunidade de focalizar em artigo “Em torno da fortaleza São José da Ponta Grossa”. **Revista Militar Brasileira** (jul/dez 1977, p. 23-47).

Às 3,30 horas, noite escura, ainda, as canhoneiras se aproximaram do temido **Aquidabã** e dispararam contra ele 3 torpedos, sendo que o único disparado pela **Gustavo Sampaio** logrou atingir o alvo. Ao amanhecer a Esquadra legal retornou ao ancoradouro e neste mesmo dia foi ancorar na enseada Canavieiras, local onde 123 anos atrás o vice-rei do Rio da Prata, D. Pedro Ceballos, fundeara para depois invadir a ilha de Santa Catarina e dominá-la por algum tempo, após rendida na fortaleza São José.

O cruzador alemão **Âncora** informou ao almirante Gonçalves que os revoltosos haviam abandonado o **Aquidabã**, que fora atingido por um torpedo na proa a bombordo. Às 10 horas, a Esquadra legal formou em linha de combate defronte ao temido e legendário encouraçado **Aquidabã**. O **Tiradentes** o abordou e constatou não existir ninguém a bordo. A **Gustavo Sampaio** que o atingira no 1.º torpedeamento realizado no Atlântico Sul, segundo estudiosos do assunto, embandeirou em arco e deu uma salva de 21 tiros.

Uma guarnição do **Niterói** ocupou a fortaleza de Santa Cruz. A vitória sobre o **Aquidabã** de parte da “Esquadra de Papelão” ou Esquadra legal, tribute-se a tática usada pelo Almirante Gonçalves de atacar à noite. Caso contrário, frente ao **Aquidabã**, um ataque diurno de sua parte ela, segundo especialistas, faria jús ao apodo irônico de “Esquadra de Papelão.” Pois, com o concurso das fortalezas fixas e da móvel que era o **Aquidabã**, ela seria espatifada. Ainda em 17 abril 1894, dia que assinala o término da Revolta da Armada e da Revolução Federalista em Santa Catarina, o almirante Gonçalves ocupou a ilha de Santa Catarina com 100 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha apoiados pelo cruzador **Tiradentes** e torpedeira **Gustavo Sampaio**. Em 18 mandou encravar os dois canhões montados pela revolta na fortaleza de São José da Ponta Grossa, conforme tratamos em artigo citado.

No dia 19 chegou ao almirante Gonçalves a notícia de que o almirante Custódio de Melo havia deposto as armas em 15 de abril e feito

entrega ao governo argentino dos navios revoltosos **República, Uranus, Meteoro, Iris e Esperança**. Neste dia foi dado comando legal ao **Aquidabã**, em reparos.

Em 21 abril 1894, chegou à ilha o vapor **Itaipú** e com ele, para muitos revoltosos e revolucionários catarinenses e paranaenses e familiares, a desgraça — o coronel Moreira César, natural de Pindamonhangaba em São Paulo, enviado como governador civil e militar de Santa Catarina. Militar polêmico que havia conquistado, em duro combate, à Revolta na Armada, a ilha do Governador e que encontraria a morte em Canudos, à frente de uma expedição que lhe coube comandar. Ele é acusado de massacres por fuzilamento e, sumariamente, de revolucionários e revoltosos na ilha de Santa Cruz e, em 25 maio 1894, no km 64 da ferrovia Curitiba-Paranaguá e, uniformizado, Lobo d'Eça, barão e marechal, herói da Guerra do Paraguai, junto com outros companheiros. Tudo em nome e contra violências inomináveis praticadas por federalistas no Paraná e Santa Catarina, como pelo sanguinário cap. federalista Cesário Saraiva, muitos degolamentos. Era a lei de Talião — “Olho por olho, dente por dente”, ao invés de orientação mais consentânea como expressara o general Simon Bolívar:

“Nas guerras civis é político ser generoso, pois do contrário a vingança aumenta progressivamente.”

Esta é uma preciosa lição a ser tirada pela posteridade.

Os revoltosos do Rio de Janeiro levados para Montevideu por corvetas de Portugal inquietam-se e conseguem muitos fugir, até que remanescentes, embarcados em navio especialmente fretado o **D. Pedro II**, foram transportados para Portugal e internados nas fortificações de Peniche e Elvas. Em 23 de abril, a Esquadra legal foi operar em Paranaguá e São Francisco. Entre 24 e 30 atuou em Paranaguá — Porto das Águas, onde restaurou a autoridade legal, inclusive em Antonina. Neste ínterim o almirante Saldanha da Gama conseguiu libertar-se em Montevideu de navio português onde se asilara.

A Esquadra restabeleceu a legalidade em São Francisco e em 2 de maio retornou à ilha de Santa Catarina e cruzou com o **Aquidabã** que soçobrara no raso e estava sendo reparado para ser levado para o Rio. Em 4 mai 1894, após deixar o **Aquidabã** sob a proteção do **Santos** e das canhoneiras, a Esquadra legal partiu para Montevideu para buscar os navios que a Revolta na Armada entregara à Argentina, os quais foram

por esta devolvidos e haviam chegado à ilha Martim Vaz rebocados em 16 de maio. Eram eles o **Íris**, o **15 de Novembro (ex-República)**, o **Meteoro**, e o **Esperança** que necessitavam reparos antes de voltarem ao Rio. Por esta razão a Esquadra legal permaneceu em Montevideu até 8 de junho, de onde rumou para Santa Catarina, composta agora de 15 unidades. Após permanecer desde 10 neste local partiu para o Rio em 13 chegando na Ilha Grande em 17.

No dia 21 junho 1894 ela entrou na baía da Guanabara vitoriosa e com sua missão bem cumprida e foi muito bem recebida, conforme seu tripulante o jovem Malan d' Angrone, mais tarde chefe do Estado-Maior do Exército e pai do Gen Ex Alfredo Souto Malan que conta a sua vida na obra **Uma escolha um destino**. Rio, BIBLIEX, 1977 e traça o perfil do Cel Moreira Cesar bem diferente, mas vítima de injustiças. Vale a pena ser lida a sua opinião.

“Chegamos ontem de Montevideu, rebocando os navios aprisionados. Não te podes dar conta da acolhida do Rio de Janeiro, flores, salvas, aclamações, bandeiras etc. Senhores que nos cumprimentam, senhoras a nos festejar, moças que nos sorriem...”

Com ela vinha rebocado o famoso encouraçado **Aquidabã**, que 12 anos mais tarde na baía de Jacuacanga, explodiu acidentalmente, morrendo nele muitos irmãos brasileiros e indo ao fundo. Hoje seus restos ainda podem ser vistos no fundo do mar. Este acidente comoveu todo o Brasil. Seu nome lembrava o local onde teve fim em 1º março 1870a Guerra do Paraguai. A campanha da Esquadra legal foi encerrada em 23 de junho, após cinco meses de atuação efetiva. Então foi dissolvida e seu comandante em Ordem do Dia assim viu e registrou para a posteridade a sua atuação:

“A vitória da causa legal e o restabelecimento da paz e da tranquilidade de nossa Pátria foram os frutos colhidos pelos varonis esforços que empregamos para debelar a revolta que, nascida sem causa legítima, apenas para satisfazer mesquinhas ambições, ameaçava tragar o Brasil em sua voragem. Cumprimos o nosso dever e por mais ingrata e rude que nos parecesse a tarefa, alentava-nos sempre a esperança de que a vitória traria tão assinalados serviços ao país, que os nossos sacrifícios seriam largamente compensados. Aos jovens camaradas de terra e mar,

que tão relevantes serviços acabam de prestar à República, compete agora dedicarem-se ao estudo e ao trabalho.”

Para o Almirante Gonçalves a causa da Revolta foi “apenas satisfazer mesquinhas ambições”. Era uma velada crítica ao seu líder Custódio de Melo. Dois dias depois desta Ordem do Dia, em Portugal, os revoltosos que foram internados nas fortalezas de Peniche e Elvas, protestaram pelos maus tratos que lá recebiam, nada podendo fazer por eles o almirante Saldanha da Gama que se empenhou fundo em defendê-los, sem sucesso.

O almirante Gonçalves por ordem do Congresso retornou em 30 de junho ao serviço ativo da Marinha. Pouco se tem falado ou escrito sobre a epopéia que comandou com tanta dignidade, profissionalismo e patriotismo. Dele tomamos conhecimento através de palestra do historiador naval almirante Hélio Leôncio Martins, no Serviço de Documentação da Marinha, onde ele iniciou a fazer-lhe justiça. Penso que sua memória precisa ser resgatada e cultuada no Brasil e retirada a enorme pedra que foi colocada sobre seus serviços ao Brasil e memória. Ele sem dúvida, se constitui num grande exemplo e um grande expoente naval brasileiro, como o são os almirantes Tamandaré, Barroso, Custódio, Saldanha da Gama, Alexandrino de Alencar etc. “História é verdade e justiça!” “Informação é liberdade de escolha!”. A posteridade brasileira precisa melhor conhecer o almirante Gonçalves para melhor julgá-lo e sobretudo, com empatia. (Vide Apêndice 4)

Os tripulantes do **Aquidabã** após deixá-lo, em 16 de abril, procuraram junção com os federalistas de Gumercindo Saraiva que retornaram ao Rio Grande, em 25 abril 1894, a partir de Curitiba, por impedidos de prosseguir, após a épica e legendária resistência da Lapa, comandada por Gomes Carneiro que bem cumpriu sua missão estratégica de ganhar tempo para o Governo colocar forças compatíveis para barrar o avanço federalista. Esta retirada de tripulantes e revoltosos do **Aquidabã**, sob a liderança do comandante Alexandrino de Alencar, é relatada com detalhes interessantes por Ângelo Dourado em **Voluntários do Martírio** (Palegre, Martins Livreiro, 1975), também rica em informações sobre a Revolução Federalista em Santa Catarina e Paraná.

Em 23 set. 1894, foi formada Junta Revolucionária composta pelos almirantes Custódio de Mello, Saldanha da Gama e Silveira Martins, visando uma nova invasão ao Rio Grande do Sul. Ela teve lugar em 28

abril 1895 com Saldanha da Gama à frente do Exército Libertador, constituído de 900 homens, sendo 150 marinheiros remanescentes da Revolta na Armada. No dia seguinte ele foi lanceado em Campo Osório, por republicanos ao mando superior do general Hipólito Pinto Ribeiro. Foi o epílogo, de fato, da Revolta da Armada e da Revolução Federalista. Floriano já havia deixado o Governo fazia 5 meses e meio fora substituído por seu adversário Para o almirante Gonçalves a causa da Revolta foi “apenas satisfazer mesquinhas ambições”. Era uma velada crítica ao seu líder Custódio de Melo. Dois dias depois desta Ordem do Dia, em Portugal, os revoltosos que foram internados nas fortalezas de Peniche e Elvas, protestaram pelos maus tratos que lá recebiam, nada podendo fazer por eles o almirante Saldanha da Gama que se empenhou fundo em defendê-los, sem sucesso.

Em 21 out. 1895, foi assinada a Paz de Pelotas pelos General Galvão de Queiroz pelo Governo e pelo general Joca Tavares (João Nunes da Silva Tavares) que foi ratificada no dia seguinte pelo Presidente Prudente de Moraes que, em 21 out. 1895, decretou anistia aos revoltosos na Armada e revolucionários federalistas.

“História é verdade e justiça”, repetimos. Deixo à inteligência da posteridade as conclusões e as lições a serem tiradas do episódio tristíssimo que acabo de recordar e que deixou em sua esteira nas manchas negras de degolamentos em massa de Rio Negro e Boi Preto e os fuzilamentos em Santa Catarina na Fortaleza de Santa Cruz e no Paraná no km 64 da ferrovia Curitiba-Paranaguá. Fuzilamentos que eliminaram sumariamente o CMG Frederico Guilherme de Lucena, um soldado valoroso que presidira o Governo Provisório do Brasil em Santa Catarina, à frente do qual cumpriu os ditames da ética militar, em relação aos prisioneiros.

Uma, ou a mais preciosa tradição gaúcha é a de **Firmeza e Doçura** que se traduz em combate: Firmeza por lutar com toda a garra, valor e determinação. Doçura traduzida após a vitória como respeito, como religião, à vida, à família, à dignidade, ao patrimônio e a honra do vencido inerme. Isto foi o que os farrapos transmitiram e que os combatentes de 1893-95 excepcionalmente honraram. Esta é a lição maior a ser retirada do exposto!

Segundo o Almirante Leôncio Martins, historiador naval, só 1/5 da Marinha participou da revolta, ou cerca de 20%, tomando conta das principais unidades navais no Brasil.

NOTA AO APÊNDICE 2

Forneceu boas informações sobre a Esquadra Lega,l Epaminondas Villalba, pai do maestro Vilas-Lobo em **A Revolta da Armada**. (Rio, Laemmert, 1897, 3.^a ed., p. 171-185). Sobre o combate de Desterro de 16 de abril 1894 em que foi torpedeado o **Aquidabã**, veja-se de VILALBA, citado **A Revolução Federalista do RGS** (Rio, Laemmert, 1897), documentos 112- 113 e de Alexandrino Faria Alencar, **O combate de Santa Catarina de 16 de abril de 1894** (Montevidéu, s/ed., 1895). Foram postas fora de ação as canhoneiras **Bento Gonçalves**, inutilizada na entrada de Maceió, ao comando de um oficial chileno e a **Silva Jardim** que foi a pique entre Cabo Frio e Rio de Janeiro, depois de abalroada pela caça torpedos **Gustavo Sampaio** que ora é chamada de torpedeira e atuou como capitania das canhoneiras. Negociou nos EUA a compra do **Niterói** (ex-El Cid), e do **Andrade** (ex-Britânia) e da torpedeira submarina **Piratini** o embaixador Salvador de Mendonça. **A Piratini** foi um ex- Destróier. O Almirante. Joaquim Francisco de Abreu (1836-1895), herói da Guerra do Paraguai e da batalha de Riachuelo no comando da **Belmonte**, natural da cidade de Rio Grande foi quem adquiriu na Europa do sr. Shichau de Elberg as torpedeiras **Pedro Ivo**, **Pedro Afonso**, **Silvado**, **Silva Jardim** e **Bento Gonçalves**. Ou seja, adquiridas na Prússia. Foram trazidas ao Brasil sem nenhum incidente por uma guarnição de 16 alemães e chilenos cada, conforme registrou **O Times**, Londres, 29 de janeiro de 1894 em Notícias militares e navais. A caça torpedos **Gustavo Sampaio** (ex-Aurora), foi adquirida na Casa Armstrong na Inglaterra. O **Greenhalgh** também foi adquirido nos EUA para viajar no convés do **Andrade**. Fora construída por A. B. Wood e Cia. Existiam mais as torpedeiras de porto **Sabino Vieira** e **Tamborim** que eram transportadas pelos navios maiores.

APÊNDICE 3

Repercussões da ação do embaixador do Brasil nos EUA, Salvador Mendonça no combate à Revolta na Armada Brasileira 1893-1894

Por ocasião da Revolta na Armada no Brasil destacou-se a ação do embaixador do Brasil nos EUA, Salvador Mendonça. Sua brilhante ação diplomática foi decisiva para a intervenção dos EUA a favor do Governo Brasileiro. A ele e a sua experiência de 18 anos com o governo

americano se devem as bem sucedidas gestões junto ao Secretário de Estado Gresham e deste junto ao presidente Cleveland, as quais resultaram, segundo penso:

1- Na destituição por Cleveland de seu amigo contra-almirante Oscar F. Staton, o qual, a bordo do cruzador **Newark**, em 30 de outubro de 1893, na baía de Guanabara, trocou salvas com os revoltosos da Armada e visitou e foi visitado pelo almirante Custódio de Melo, chefe da Revolta na Armada...

2- Em ordem pessoal do presidente Cleveland para que o contra-almirante Beham seguisse da ilha da Trindade para o Rio, para por fim ao bloqueio naval do Rio e Niterói imposto pela Revolta na Armada, o que foi executado com um disparo do cruzador **Detroit** contra o **Trajano** revoltoso.

3- Em ordem ao embaixador americano Thompson no Brasil, para que descesse de Petrópolis, onde buscara proteção, e cerrasse junto ao governo brasileiro no Rio, ao invés de sobre o Corpo Diplomático que o estava influenciando e em especial, o embaixador da monarquia inglesa.

4 - Na atitude dos EUA de prestigiarem a consolidação da novel República do Brasil, ao invés de favorecerem a restauração da monarquia, como em Haiti.

5 - Em prevenir, através de disposição demonstrada por Cleveland de, no momento oportuno, distribuir nota às nações européias, alertando-as de que intervenção de parte delas nos assuntos domésticos do Brasil seria considerada pelos EUA, uma violação da Doutrina Monroe.

6- Em proteção dos EUA, em Portugal, de súditos do Brasil de represálias decorrentes do rompimento de relações diplomáticas Portugal x Brasil, em razão de inconformidade do governo' brasileiro por Portugal haver dado asilo político em seus navios a revoltosos e após, em Buenos Aires, não ter evitado que eles em maioria fugissem e se incorporassem aos federalistas.

7- Em atuar junto a Cleveland para negar aos revoltosos o reconhecimento como beligerantes e que aquele presidente ao se oferecer para mediar a questão Governo x Revolta na Armada implicaria, a priori, em reconhecer a beligerância.

8- Em conseguir junto aos EUA a compra de navios, equipamentos, armamentos, munições e inclusive parte das guarnições americanas para organizarem, equiparem, instruírem e operarem a Esquadra legal que passou à História injustamente como "Esquadra de

Papelão” e que efetivamente contribuiu para o término da Revolta no Rio e no Paraná e Santa Catarina.

9- Em evitar, seguindo orientação do Governo Brasileiro, que os EUA na impossibilidade de vender ao Brasil os cruzadores **Charleston** e **Newark**, atuasse só, ou em conjunto com nações européias, com suas forças navais para por fim à Revolta na Armada, com ofensa à soberania do Brasil que queria com seus próprios meios terrestres e navais combatê-la, como aconteceu.

10- Em disposição dos EUA de romper o Bloqueio Naval do Rio e Niterói mesmo que as nações européias reconhecessem a Revolta na Armada como beligerante.

Nota: Interpretação com apoio em COSTA, Sérgio Corrêa, “A Doutrina Monroe e a Revolta da Esquadra”. **Revista Província de São Pedro**. Palegre, Liv. Globo, n.º 1945. Autor que por sua vez se apoiou na documentação do embaixador Salvador Mendonça e outras sobre o affaire.

APÊNDICE 4

O almirante Jerônimo Gonçalves o comandante da Esquadra Legal que comandou o combate a 1/5 da Armada em Revolta 1893/94

Não foi tarefa fácil obter-se dados biográficos do almirante Gonçalves que comandou a Esquadra Legal, chamada pejorativamente de “Esquadra de Papelão” que combateu em 1893/94 um quinto, ou 20% da Revolta na Armada, segundo ouvi do saudoso historiador naval Almirante. Leôncio Martins, em Bagé em 28 abril 1893. Ficamos curiosos com as seguintes referências ao ilustre, mas esquecido personagem naval que falavam num grande herói brasileiro.

A primeira de Henrique Boiteux, historiador naval brasileiro que como tenente servira na Esquadra legal no comando da canhoneira Sabino Vieira. Isto ao escrever suas **Reminiscências**.

“Ao apresentar-me a bordo do navio de guerra **Itaipú**, já encontrei nele o Almirante Jerônimo Gonçalves, **cujos exemplos de bravura na Guerra do Paraguai encheram nossa História**” (o grifo é nosso).

A segunda de Eloy Pessoa fundador da **Revista Marítima Brasileira**, após Jerônimo ser reformado:

“Em qualquer eventualidade que o Brasil exija um patriota

dedicado até o sacrifício, Jerônimo Gonçalves se apresentará com o seu gênio militar e a sua valente espada para brilhantemente provar que apenas repousa de uma grande luta (Guerra do Paraguai) de que fora grande herói” (o grifo é nosso).

Procurando estas informações que o davam como um bravo e herói naval, encontramos a confirmação na obra do capitão de fragata Alberto Augusto Gonçalves, **Traços biográficos do alte. Jerônimo F. Gonçalves**. Rio, Imprensa Naval, 1943. (Separata de Subsídios da História Marítima do Brasil). Nela seu biógrafo e genro nas palavras iniciais informa seu propósito:

“Tratar-se de justa homenagem a marinheiro ilustre, cidadão insigne, homem bom e digno, cuja existência constitui um rosário de notáveis serviços prestados ao Brasil, na paz e na guerra, e exemplo digno de ser transmitido às gerações vindouras... pelo seu grandeamor ao Brasil por ele colocado acima de tudo na vida.”

Vendo sua biografia conclui estar frente ou estar lidando com um dos mais bravos, constantes, intrépidos, valentes e determinados guerreiros navais o Brasil na Guerra do Paraguai que fez jús a 5 (cinco) citações por bravura em combate e que dividiu com o ten.- cel. Vilagran Cabrita — atual patrono da Arma de Engenharia do Exército, as glórias da conquista da Ilha da Redenção, além de haver deixado em sua esteira e dos navios que comandou, um rastro de glórias que encheram as páginas de nossa História.

Sua atuação na Iha da Redenção, por iniciativa própria e contrariando ordens, salvou a vida de centenas de soldados brasileiros e talvez tenha sido decisiva para a conquista da ilha defronte de Itapirú, em cuja conquista teve importante papel, bem como no bombardeio de Curupaiti com sua canhoneira **Henrique Martins**. No comando do encouraçado **Cabral** forçou Curupaiti, sendo o 4.º navio a atingir a meta. Duelou com a poderosa bateria Londres de Humaitá e foi o 1.º a defender a possibilidade de forçamento de Humaitá pela Esquadra, o que lhe valeu algumas dificuldades e incompreensões. Vitoriosa sua idéia não conseguiu ficar na testa da coluna como pleiteara. Mas agora, no comando do encouraçado **Silvado** apoiou em local de muito perigo, ancorado na margem, a épica transposição de Humaitá.

Segundo o comandante da Esquadra, Visconde de Inhaúma,

Jerônimo e mais dois comandantes foram colocados no forçamento de Humaitá, nos locais de maior perigo e honra. Operação épica classificada por Caxias **“de ação superior as das marinhas européias e norte-americanas em suas arriscadas lutas”**.

De temperamento forte, altivo, mas não presunçoso, defendia seus pontos de vista com firmeza, clareza e coragem moral. Assim terminou entrando em choque com o comandante da Esquadra — Inhaúma. E desde então e até este deixar o comando da Esquadra em Operações, Jerônimo teve seu purgatório que suportou com muita altivez. Ao final foi nomeado diretor de um Hospital o que recusou dizendo que não possuía predicados de enfermeiro. Nomeado comandante do **Beberibe**, não aceitou sob o argumento de estar vago o comando do encouraçado **Colombo** que assumiria logo após Inhaúma deixar o TO.

Enquanto ia acesa esta diferença, o Imperador e o próprio Ministro da Marinha — barão de Cotegipe, diplomaticamente intercediam por ele junto a Inhaúma. O Imperador escreve ao Ministro da Marinha nestes termos:

“Espero que o Inhaúma já tenha dado a lição no Gonçalves, que é um oficial de muito préstimo”

Do Ministro da Marinha a Inhaúma, intercedendo por Jerônimo, um jovem oficial de 33 anos apenas e daquele tipo audaz e intrépido que um comandante que um dia já foi assim, e agora tem que segurá-lo como um dia foi segurado

“Releve como eu relevei as crianças e aproveite o que há de bom no rapaz. Sei que não falta coragem a nossa oficialidade e louvo os ciúmes que tem por motivação o desejo de se distinguir.”

Em 16 fev. 1869 assumiu o comando do 4.º navio nesta guerra, o encouraçado **Colombo** e iria comandar a última operação de guerra naval do conflito.

Foi-lhe confiada a difícilíssima, muito arriscada e talvez, a rigor, imprópria operação naval de, no comando de uma flotilha fluvial remontar o estreito e raso rio Manduvira, até Guaraguatai, na caça dos remanescentes da Esquadra do Paraguai. Foi a última expedição de guerra naval de nossa gloriosa Marinha de Guerra, sob fogo inimigo disparado das margens de rios. Durante 15 dias de lutas, vigílias, martírios, dias trabalhosos ele esteve à frente deste épico feito naval, digno de um filme que deseje exaltar a fibra e a coragem de nossos

bravos marinheiros. Por seu desempenho heróico foi elogiado pelo Imperador e Ministro da Marinha que conheciam seu grande valor. Inhaúma também admirou-lhe o gesto! Apenas como chefe experimentado tentava segurar os arroubos do jovem e intrépido guerreiro naval. Isto é comum na História Militar. Segundo seu genro, Jerônimo não era presunçoso e sim corajoso, confiante e com a noção exata do praticável e, muito modesto, ao ponto de seus filhos desconhecerem seus feitos heróicos.

Outro feito de Jerônimo foi concorrer decisivamente para expulsar do rio com encouraçados **Cabral e Lima Barros**, as hordas de paraguaios que os abordaram. Jerônimo com o **Silvado** fez fogo contra estas canoas pondo-as a pique muitas delas e dispersando suas guarnições e, ao amanhecer abordou o **Cabral** e ajudou num corpo a corpo que liderou, a expulsar de bordo o inimigo. Jerônimo, desde a ilha da Redenção, até o término da Guerra para a Marinha, esteve sempre no ponto focal da luta e com destaque!

No final da guerra casou com a baiana Hercília Baggi de Araújo, em 18 fev. 1871, aos 36 anos, cuja união feliz deu origem a 9 filhos, 24 netos e 17 bisnetos. Em 1872 coube-lhe o comando da legendária **Amazonas** e o **Distrito Naval — BA**. Viajou à Europa para estudar o fabrico, ataque e defesa de torpedos. Comandou o encouraçado **Brasil** com o qual encalhou no Albardão, tendo sido absolvido, por unanimidade, em Conselho de Guerra de praxe que o julgou. Comandou o Batalhão Naval que disciplinou de forma notável. Ao final recebeu lembrança de seus subordinados, entre eles Alexandrino de Alencar que enfrentaria em 1893 como comandante do **Aquidabã**. Em cartão expressivo era ressaltado que comandara combinando. doçura com firmeza, sempre que uma ou outra se fizesse necessária. Comandou Divisão Naval — PA. Atingiu o generalato como Chefe de Divisão, em 24 nov. 1881. Republicano não cedeu à tentação de oferta de um título nobiliárquico. Reformou-se em 1883, com 35 anos de serviços. Residiu 5 anos na Europa e retornou em 1889. Estas eram suas qualificações que o recomendaram ao comando da Esquadra Legal aqui estudada no Apêndice 2.

Jerônimo nasceu em Salvador, em 23 abr. 1835. Era filho do industrial João Francisco Gonçalves e de Ignez Gonçalves de Araújo. Ingressou na Escola Naval em 1852, quando ela funcionava na atual Praça Mauá. Guerreiro naval nato, embarcou nos navios **Constituição**,

Euterpe, Golfinho, Canope, Catarinense, Olinda, Tonelero, Japurá, Ypiranga, 2 de Julho, Magé, D. Januária, Princesa de Joinville, Itajaí, Itamaracá, Henrique Martins, Cabral Silvado e Colombo, sendo os 4 últimos como comandante e na Guerra do Paraguai; na paz comandou o **Amazonas** e o **Brasil**.

Comandante enérgico e disciplinador, ao encontrar a bordo dos navios tripulados por americanos que até então possuíam supremacia a bordo, reagiu violentamente, quando estes o receberam no convés em desalinho e displicentes. Segundo Henrique Boiteux que testemunhou **“o almirante que dominava o inglês, disse-lhes com veemência que um almirante brasileiro não admitia aquela desconsideração. E para honra nossa fez-lhes baixar a crista e deles se desfez na primeira oportunidade, visto não concordar na ingerência de estranhos em assuntos que somente a nós competia decidir. Esmagados ficaram os americanos mas não tiveram outro recurso senão o submeterem-se ao alte. Gonçalves”**.

Em 13 mai 1895, 1.º aniversário da entrada da Esquadra Legal no Rio, oficiais do Exército e Marinha, representando o conagraçamento destas forças, ofereceram-lhe um quadro alusivo que trazia a seguinte inscrição:

“Ao heróico almirante republicano, oferecem os verdadeiros republicanos, em lembrança de seu comando em Chefe da Esquadra Republicana, comemorando o dia mais glorioso de sua vida — 13 maio 1894.”

Jerônimo fora um paladino da união Marinha -Exército: Na guerra sempre recebeu em seus navios o Exército e sempre fora o primeiro a socorrê-lo, como foi o caso da ilha da Redenção, mesmo contrariando ordens superiores, merecendo após de Tamandaré esta referência ao Ministro da Marinha: A canhoneira Henrique Martins (de Jerônimo) foi **“a gloriosa do dia 10 de abril”**. Ele sempre defendeu a necessidade de aproximação Exército- Marinha. Ele faleceu em 1º maio 1903, aos 68 anos. Em que pesem seus notáveis e heróicos serviços ao Brasil é vulto naval pouco lembrado e muito menos festejado. O conheci através do alte. Hélio Leôncio Martins, no Serviço de Documentação Geral da Marinha, que dentro da idéia de que História e Verdade e Justiça o está colocando no seu merecido lugar, entre os grandes heróis navais do povo brasileiro. Sem dúvida, sua atuação brilhante à frente da Esquadra Legal

que pôs fim a 1/5 da Armada em revolta, é um dos grandes feitos da História Naval do Brasil que precisa ser ressaltado e dele tirados os ensinamentos que sugere, passadas as paixões daquele momento, para serem incorporados ao patrimônio cultural naval do Povo Brasileiro.

FONTES CONSULTADAS

Bibliografia que permite ao leitor ou pesquisador do futuro resgatar informações sobre a Revolta na Armada e suas implicações. As fontes numeradas se referem especificamente sobre os assuntos a seguir:

- Intervenção estrangeira: 8, 11, 12, 15, 16, 21, 24, 29.
- Revolta na Armada: 1, 2, 3, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 20, 25, 26, 27, 28 e 30.
- Revolução Federalista: 1, 5, 7, 10, 11, 13, 17, 19, 25, 26 e 28.
- Esquadra legal ou “Esquadra de Papelão”: 6, 9, 14 (completa), 18, 22, 27 e 28.
- Almirante Jerônimo Gonçalves — o comandante da Esquadra Legal: 14(completa) e 27.

A presente interpretação se baseou no estudo das seguintes fontes:

- 1 — ABRANCHES, Dunshee. **As revoltas da Armada e Rio-Grandense**. Rio, 1914.
- 2 — ALENCAR, Alexandrino de, CF. Carta relatando o combate do Desterro de 16 abril 1893 *in*: VILALBA, **Revolução Federalista**. Rio, Laemmert, 1897. (Carta que tem que ser criticada à luz da carta de Altino Correia mencionada nesta lista de fontes).
- 3 — ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto. CMG. O pensamento político dos líderes da Revolta da Armada. **Anais do Congresso da História da República**. Rio, IHGB, 1989, p. 29-52. (Explicação de militarismo)
- 4 — BENTO, Cláudio Moreira Bento, cel. **O Exército na proclamação da República**. Rio, SENAI, 1989.
- 5 _____. A Revolução de 93 e a Arte Militar. **Fontes para a História da Revolução de 93**. Bagé, URCAMP, 1990.
- 6 — BOITEX, Henrique, alte. **Reminiscências**. (Descreve sua atuação na Esquadra legal ao comando do alte. Jerônimo Gonçalves, cujos traços de seu perfil de comandante competente assinala. Dados fornecidos por Walter Piazza, presidente do IHGSC e ligado culturalmente

aos Boiteux).

7 — CÂMARA DE DEPUTADOS. **Perfil parlamentar de Gaspar Silveira Martins**. Brasília, Câmara dos Deputados, 1979.

8 — CASTILHOS, Augusto de. **Portugal Brasil — conflito diplomático** Lisboa, 1894. v. 3 (focaliza a intervenção portuguesa).

9 — CORRÊA, Altino, CF. Em PORTO, J. A. dos Santos CT sit. e em GONÇALVES, Alberto — obras citadas nesta bibliografia consta sua carta que rebate colocações do comandante Alexandrino de Alencar do Aquidabã que torpedeou em 16 de abril de 1894, em Desterro. A versão daquele consta de Carta em VILALBA. **Rev. Federalista** ã. **RGS 93**, citada também nesta bibliog.

10 — CORREIA, Carlos Humberto. O Governo Revolucionário de Desterro. **Anais do Congresso de História da República no Brasil**. Rio, IHGB, 1989, pp. 127-135, v. 2. Idem. *Fontes Rev.* 93. Bagé, URCAMP, 1983, v. 1.

11 — COSTA, Sérgio Corrêa da **A diplomacia do Marechal**. Rio, Z. Valverde, 1945.

12 _____. A Doutrina Monroe e a Revolta da Esquadra; Revista. **Província de São Pedro**. Palegre, Liv. Globo, 1945. (Com apoio documentação oficial sobre o incidente e na de Salvador Mendonça).

13 — DOURADO, Ângelo. **Voluntários do Martírio**. Palegre, M. Livreiro, 1972, 2.^a ed. (Focaliza a retirada de revoltosos e federalistas de Santa Catarina).

14 — GONÇALVES, Alberto Augusto, CF. **Traços biográficos do Almirante Jerônimo Gonçalves**. Rio, Imprensa Naval, 1943. (É o mais circunstanciado e completo estudo biográfico do almirante Jerônimo Gonçalves e de sua atuação heróica e legendária na Guerra do Paraguai e, no comando da Esquadra legal que comandou no combate à Revolta da Armada. Contém depoimento em sua defesa do comandante Altino Corrêa, cuja torpedeira torpedeou o Aquidabã. É fonte básica para o estudo da Esquadra legal ou de Papelão pois a aborda nos mínimos detalhes).

15 — LAFAYETE, Pedro. **Saldanha da Gama**. Rio, Ed. Souza, 1959, p.. 27-105. (Focaliza a intervenção estrangeira). Contém subsídios bem esclarecedores sobre a intervenção dos EUA na Revolta na Armada.

16 — MAGALHÃES, J. B., cel. A intervenção estrangeira. *In: A consolidação da República*. Rio, BIBLIEX, 1947, p. 105-109.

17 — MEIRINHO, Jali. Revolução Federalista e Revolta da Esquadra em Santa Catarina. **Fontes para a História da Revolução de 93**. Bagé, URCAMP, 1983.

18 — MALAN, Alfredo Souto, gen. **Uma escolha um destino**. Rio, BIBLIX, 1977, pp. 46-55 (referências a Esquadra legal ou Esquadra de Papelão) .

19 — MARIANTE, Hélio Moro, cel. PM. A revolução de 93. **Anais do Congresso de História da República no Brasil**. Rio, IHGB, 1989, v. 2, pp. 137-160.

20 - MARTINS, Hélio Leôncio, alte. A Revolta da Armada. **Anais do Congresso Nacional de História da República no Brasil**. Rio, IHGB, 1989, p. 103-126.

21- NABUCO, Joaquim. **A intervenção estrangeira durante a revolta de 93**. Rio, 1896, 33P. 2-11. (Fonte básica sobre o assunto).

22- PORTO, J. A. dos Santos, CT. **O combate de 16 de abril de 1894 — reflexões e documentos**. Rio, Casa da Moeda, 1895. (Rebate versão do comandante Alexandrino de Alencar do encouraçado **Aquidabã**, torpedeado pela torpedeira **Gustavo Sampaio**, ao comando de Altino Correia, cujo depoimento a respeito esta obra transcreve. A carta de Alexandrino se acha publicada em VILALBA a **Revolução Federalista do RGS** e em publicação referida no texto).

23- REVISTA DO CLUBE MILITAR. Edição histórica do Clube em seu centenário em 1987, n.º 280. (Focaliza lideranças do Exército e Armada em união).

24- RODRIGUES, José Honório. A intervenção estrangeira e a Revolta da Armada. **Fontes para a História da Revolução de 93**. Bagé, URCAMP, 1983.

25- THOMPSON, Arthur, alte. **Guerra Civil no Brasil de 1893-95**. Rio, Ravaro, 1934.

26- VERNALHA, Milton Miro. **Maragatos x Pica-paus**. Curitiba, Ed. Litero Téc. 1984.

27- VILLALBA, **A Revolta da Armada**. Rio, Laemmert, 1896. 3.^a ed. (fotos dos personagens principais plantas a cor porto Rio e combate Desterro e valiosas fontes primárias).

28_____. **A Revolução federalista no RGS**. Rio, Laemmert, 1897 (ilustrada, comentada e com 148 fontes primárias e mapa do itinerário da revolução).

29- VILLAR, Frederico C., alte. **A intervenção estrangeira em 93. Revoluções que euvi**. Rio, BIBLIEX, 1951, p., 99-109 (biografia do Almirante Saldanha da Gama vista por um participante da revolta).

30 - WEHRS, Carlos. **Niterói**. Rio, Gráf. Vida Doméstica, 1984. (A revolta em Niterói).

O Ataque do Almirante Custódio de Mello a Rio Grande em Abril 1894.

De 6 -11 Abr. 1894 o comandante da 3^o RM, General Antonio Joaquim Bacellar com seu QG avançado em Rio Grande e dispendo de fraca tropa, foi ali atacado pelo Almirante . Custódio de Mello, dispendo de 900 civis federalistas transportados pelos navios **República, Uranus, Meteoro, irise Esperança**.

Em longo documento, após as primeiras reações da 3^â RM, em 7 Abr. 18: Custódio de Mello, intitulado-se “Comandante em chefe das forças libertadoras” intimou o comandante da 3^a RM. Ver VILALBA. **Rev. Fed. RGS**. (Doc. 66). “A abandonares a cidade em 24 horas, içando a bandeira branca no ponto mais elevado da cidade, em sinal de adesão à revolução... Se por desgraça desejarem derramar sangue de nossos irmãos no ataque simultâneo a que submeterei Rio Grande, praticai um ato de humanidade retirando daí, no tempo concedido, as famílias e pessoas inermes e doentes.”

O comandante da 3^a RM assim respondeu-lhe laconicamente e com determinação:

**“É ocioso declarar que não cederei à pretensiosa intimação.
Rio Grande 8 Abr. 94. Antonio Joaquim Bacellar, Gen. Div. ”**

E assim interpretamos na obra abaixo o combate pela posse do Rio Grande entre a 3^a RM e os revoltosos na Esquadra e federalistas, com apoio principalmente na comunicação Oficial do comandante da 3^â RM,

Gen. Bacellar, ao Ministro da Guerra, de Abr. 94. Ver VILALBA, **Rev. Fed. RGS.** (Doc. 66).



“Que foi surpreendido pelo ataque. Que no fim da manhã de 6 abr 94 o 6° B Art Posição, na barra, duelou bravamente com 5 navios atacantes dispendo de 4 canhões Krupp e 2 Withiwort 32, tendo feito estragos no **Meteoro**.

Enquanto isto se passava, tratou de convocar reforços urgentes. Pois, 100 homens de sua guarnição estavam em Camaquã e 180 perseguindo o bandido Carlos Zhagas em Santa Izabel e Taim.

Chamou o 20° BI (vindo de Goiás) e o 32° BI (vindo de Vitória-ES) que há algum tempo se encontravam em reforço a 3ª RM. Eles estavam guarnecendo a ferrovia Rio Grande- Bagé, sendo que o 32° BI em Cerro Chato.

Estava guarnecendo Rio Grande parte do 35° BI (vindo de Teresina há algum tempo). Este estava desfalcado. Coube-lhe destacado papel após os revoltosos vencerem as baterias e a linha de torpedos que não detonaram por deteriorados...

A tentativa de desembarque no temporariamente trapiche de Companhia Francesa foi impedido pela “inexcedível bravura, calma e tino” do 2° Sgt. Avelino Alves Setúbal a frente de 8 homens do 35° BI.”

O comandante da 3ª RM organizou a defesa da cidade colocando no comando do litoral o Ten. Cel. Francisco Felix de Araújo, comandante do 32º BI e da resistência no Parque, o Maj. José Carlos Pinto Jr., que foi reforçado ao norte pelo 32º BI. As forças revolucionárias só atacaram no dia seguinte. Foi obstruído, ao norte, o canal de acesso ao Rio Grande com o afundamento de um navio. Pela manhã os revolucionários atacaram e cortaram a linha telegráfica e a ferrovia, isolando Rio Grande e dificultando a chegada de reforços.

Dentro da barra, as canhoneiras **Cananéia** e **Camocim**, ao comando do Capitão Ten Fiúza Junior, e a bateria da Macega enfrentaram corajosamente Custódio Mello, que não conseguiu atingir Rio Grande, por obstrução do canal. Então rumou para São José do Norte com seus navios e a conquistou.

Face ao duelo desigual e, ferido o Cap. Ten. Fiúza retirou-se para o fundo porto com a **Camocim** e a **Cananéia**. Esta foi afundada para não cair em poder da revolta e, mais tarde, recuperada.

A praça de Rio Grande junto ao porto Velho foi fortificada, e o comandante da 3ª RM, Gen. Bacellar, distribuiu esta boletim à população riograndina:

“Na condição de chefe militar desta praça, cabe-me o supremo dever de prevenir à hospitaleira população desta cidade, que não obstante o selvagem, bárbaro e criminoso procedimento de piratas que se acham embarcados na República e frigoríficos e que hoje, malvadamente, começaram a bombardear Rio Grande ainda estão em posição hostil. Ameaçam atacar Rio Grande, por terra. Pode a população ficar tranquila e confiante, pois todas as medidas estão sendo tomadas para a defesa da cidade e manutenção da ordem pública. Pode o povo do Rio Grande ficar tranquilo porque a guarnição que aqui se acha saberá cumprir o seu dever. Rio Grande 7Abr. 1894 -Ass. Gen Bacellar.”

O Gen. Bacellar declarou que recebeu todo o apoio das autoridades civis, guarda municipal e riograndinos.

Ela já havia ordenado ao Ten. Cel. Carlos Telles, em Bagé, que cerrasse sobre Rio Grande, bem como à guarnição de Pelotas, no que foi prontamente atendido.

Assim, às 9 1/2 da manhã de 7 Abr., as trincheiras do Parque foram reforçadas por Pelotas: 29º BI (de Pelotas), Contingente do 28º BI (Rio Pardo), 2º BE (atual 1º BFv de Lages) e 3º Batalhão da Guarda Nacional

de Pelotas.

No início da tarde, os revoltosos atacaram o Parque. Foram repelidos, destacando-se aí por seu valeroso comandante da posição, Maj. José Carlos Pinto Jr., futuro e destacado comandante da Brigada Militar do RS.

Foi no final de 7 que o comandante da 3ª RM, Gen. Bacellar, recebeu a intimação, que classificou pretenciosa, de Custódio de Mello. Tornou-a pública por interessar às famílias, enfermos e doentes. Intimação vinda pelo navio alemão **São Pedro**..

O dia 8 foi de tiroteios entre Artilharia e os navios revoltosos estacionados em São José do Norte. No dia 9 Abr, findo o prazo concedido pelos revolucionários na intimação ao Gen. Bacellar,

Custódio de Mello, da ponta da Macega, bombardeou o Parque durante 4 horas, atirando alguns projéteis sobre o QG da 3ª RM na praça. Ao mesmo tempo que a posição do Parque era bombardeada pelos navios, era atacada a tiros por terra. Custódio recolheu-se a São José do Norte, de onde seus navios atiraram à noite contra Rio Grande.

No dia 10 Abr. a guarnição de Bagé, ao comando do Cel. Carlos Telles, nucleada pelo 31º BI (São José dei Rey), 4º R Art (Bagé), combateu e desfez os ataques de terra na Quinta, no capão do Landi. Eles retraíram-se para a barra na maior confusão, deixando para trás “um canhão Krupp 8 e muitos extraviados pelos matos, banhados e praias fronteiras à ilha do Marinheiro”, segundo Cario: Telles, que afirmou ser o General Salgado contra o desembarque ordenado por Custódio de Mello.

No dia 11 Abr. Custódio de Mello deixou a barra rumo a SO, tendo dispensado o rebocador **Lima Duarte**, que apresaram e abandonaram no mar alto “cruelmente” a lancha 13 de maio.

Dia 11 Abr. a guarnição de Bagé, tendo à frente o Cel. Carlos Telles, fez sua entrada triunfal em Rio Grande.

Dia 12 Abr. foi restabelecido o telégrafo. Foi a derradeira cartada da Revolta na Armada. Custódio entregou seus navios à Argentina.

Criei-me ouvindo meu pai, com 5 anos e meio na época desse evento, contando suas impressões sobre estes fatos a que assistiu e ouviu como morador da barra, acompanhando seu pai exercendo comissão na construção das obras da barra do Rio Grande.

O curioso foi que no bombardeio do QG da 3ª RM, o primeiro tiro atingiu a esfera armilar no alto da entrada do majestoso QG da 3ª RM, ao lado da prefeitura atual, então ainda não inaugurado.

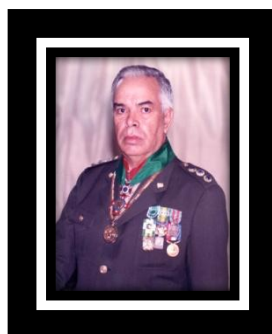
De 8 - 13 Jul. 1893, pouco menos de um ano antes, o Almirante Eduardo Wandenkolk entrara na Barra do Rio Grande como revolucionário, a bordo do **Júpiter**. O Cel. José Cezar Sampaio comandava a guarnição do Rio Grande, composta inicialmente de 240 homens dos quais 140 do 29º BI e 100 da 3ª BA Posição.. Só foi reforçado na manhã de 9 por 1 BI da Brigada Militar com 280 homens e, mais tarde, pelo 35º BI e 1º Batalhão Reserva do Estado atingindo, em 11 Jul., um efetivo de 1.000.

Após algumas escaramuças, e não encontrando o Almirante Wandenkolk os apoios terrestres, rumou para o norte a 13 Jul. Incursão malograda que o Cel José Cézar Sampaio, defensor da praça, registrou em sua obra **O cel Sampaio e os apontamentos do Dr. Wenceslau Escobar**. (Palegre, Liv. Globo, 1920, p. 101-113)



Quartel General da 3ª Região Militar em Rio Grande do final de 1893 e 1874 inaugurado em 1894 Durante a Revolução Federalista e Revolta na Armada. Foi o primeiro Quartel General no Rio Grande do Sul construído especialmente com esta finalidade.

**CURRÍCULO CULTURAL SINTÉTICO DO CEL CLAUDIO MOREIRA BENTO
EM SETEMBRO DE 2023**



**Veterano Cel Eng Claudio Moreira Bento Historiador e pensador militar.
Memorialista e Jornalista**

(X) Coronel Claudio Moreira Bento nascido em Canguçu-RS em 19 out 1931. Turma Asp Mega Eng AMAN 1955. Historiador e Pensador Militar, Memorialista e Jornalista. Sócio Benemérito do IGHMB, emérito do IHGB, acadêmico correspondente da Academia Portuguesa da História e sócio correspondente das academias Real de História da Espanha, da Argentina e equivalentes do Uruguai e Paraguai. É o Presidente de Honra e acadêmico da Academia Duque de Caxias na Republica Argentina. Integrou como adjunto do Presidente, a Comissão de História do Exército do Estado – Maior do Exército 1971/1974, na qual como historiador convidado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército escreveu o artigo As Guerras Holandesas, da **História do Exército perfil Militar de um Povo**. Foi instrutor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras 1978/1980 Academia sobre a qual escreveu 4 livros sobre sua História, além de diversos artigos inclusive sobre o Espadim de Caxias, arma privativa dos cadetes, Dirigi o Arquivo Histórico do Exército 1985/1980 onde crou em sala espacial o Arquivo da FEB. E autor de mais de 150 obras (Álbuns livros e plaquetas) disponíveis para serem baixados no site www.ahimtb.org.br e no Google, além de centenas de artigos na imprensa civil e militar, em grande parte disponíveis ou relacionados no citado site. Publicou : **Marechal José Pessoa e seus méritos na Fundação de Brasília e os valores de sua modelar carreira no Exército**. Foi o idealizador e executor do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul constante de 24 livros, dos quais 21 em 1ed e 3 em 2ed, tendo como principal parceiro o historiador militar Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis. Presidiu como Diretor do Arquivo Histórico do Exército , comissão para estudar e propor a localização do Museu do Exército, a qual indicou o Forte de Copacabana. Comandou o 4º Batalhão de Engenharia de Combate em Itajubá 1982-1982. Dirigi o Arquivo Histórico do Exército 1985-1990. É Comendador do Mérito Militar, do Mérito Histórico Militar Terrestre do Brasil e da Ordem João Simões Lopes Neto, por Lei da Câmara de Vereadores de Pelotas além de diversas condecorações militares e civis. Trabalhou de 1957/59 e 1961/66 em Bento Gonçalves RS , na construção do Tronco Ferroviario Sul considerado serviço de natureza nacional relevante. Tendo recebido de seu comandante como prêmio para sua Companhia uma caminhonete Aero Willys por haver sua companhia haver batido um record de 20 metros de perfuração semanal do Tunel 20 ,então considerado o maior da América do Sul, na bitola 4,90 de largura. Fundou e presidiu as Academias Canguçuense, Piratiniense, Resendense e Itatiaense de História. É sócio dos Institutos históricos e geográficos do RS, SC, PR, SP, MG, PB, RN, CE e de Sorocaba, Petropolis, Pelotas do CIPEL, em Porto Alegre e do IEV no Vale do Paraíba correspondente das Academias de Letras do Rio Grande do Sul e da Paraíba e da Raul Leoni de Petrópolis. Possui 6 prêmios literários e possui artigos transcritos na Câmara Federal e nas assembleias legislativas de Goiás

e Minas Gerais e na Câmara de Vereadores de Recife. Coordenou o projeto, construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Montes Guararapes no Recife. E cidadão itajubense, itatiaense e resendense. Tem sido considerado o maior historiador brasileiro de todos os tempos pelo volume e variedade de sua obra literária. Foi palestrante sobre História do Exército nas ESG, ECEME, IME, EsAO, AMAN, ESA e Escola de Instrução Especializada e nos CPOR de Recife, Rio De Janeiro, Porto Alegre e no NPOR de Pelotas, e Itajuba e Colégios Militares de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife e Campo Grande. Desenvolveu, em parceria com o historiador militar Luiz Fagunde e foi lançada no ano de 2022, Bicentenário da Independência, a obra **Os 78 anos da Academia Militar das Agulhas Negras em Resende, com Almanaque de todos os Aspirantes a Oficial masculinos e femininos formados por ela 1944-2021**. E ainda para o Bicentenário da Independência, a Biblioteca do Exército lançou seu livro **Duque de Caxias – o Patrono do Exército e a Unidade Nacional**, como contribuição do Exército às comemorações do Bicentenário da Independência. Este ano de 2023 completará 92 anos de idade. Se Deus quiser!. Em seu site e no Google pode ser acessado seu livro digital **Meu legado historiográfico civil e militar não vivi em vão!** Endereço: Rua Alfredo Whately, 365, Ed. Porto Aquarius, Cobertura 603 – Bloco B – Campos Elíseos, Resende-RJ, 27542-170. Site www.ahimtb.org.br. E-mail bento1931@gmail.com Toda a sua obra historiográfica esta disponível em seu site, criado e administrado por seu filho Veterano Capitão de Mar-e-Guerra Carlos Norberto Stumpf Bento. Obrigado a extinguir a FAHIMTB em 20 dez 2019, por falta de recursos para mantê-la por termino de seu contrato por PTTC, criou independentes 5 AHIMTB, até então dependentes da FAHIMTB, com a finalidade de se manterem fiéis ao espírito da FAHIMTB, durante os seus 23 anos de proficua existência.



Camila Karen Costa Santos Renê. Nasceu em 13 de novembro de 2001, filha de Daniel Renê de Oliveira e da pedagoga Josiane Costa Santos Renê. E possui a irmã Gabriela. Estudou no Colégio Estadual Olavo Bilac de 2012 a 2019 onde cursou o ensino fundamental e o ensino médio.

Trabalhou como secretária do Presidente da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) de 30 de outubro de 2017 a 20 de dezembro de 2019 e, a partir desta data, como secretária particular do historiador Cel Cádio Moreira Bento.

Cursa Direito na Associação Educacional D. Bosco (AEDB) desde Fevereiro de 2022.

Foi condecorada pela Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil, como Cavaleiro do Mérito Histórico Militar Terrestre do Brasil, por sua destacada contribuição a História Militar Terrestre do Brasil e também como Colaboradora Emérita da extinta FAHIMTB.

Escreveu o livro digital **Relação de Diplomas, Medalhas, Troféus e etc no**

apartamento do Cel Bento em Resende-RJ.

Camila segundo o Cel Bento:

“Camila iniciou a trabalhar comigo aos 15 anos, em outubro de 2017, quando cursava o 1º ano do Curso Médio no Colégio Estadual Olavo Bilac. Trabalhou comigo na sede da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) que eu havia fundado em Resende-RJ em março de 1996, a qual foi logo acolhida pela Academia Militar das Agulhas Negras AMAN.

E convidei seus pais, por ser Camila menor, para ver onde ela trabalharia. Eu me responsabilizei por ela. Ela trabalhava 3 vezes por semana, a tarde. Pois de manhã cursava o Curso Médio.

E Camila logo demonstrou grande vontade de aprender. Era muito aplicada, responsável e respeitosa. E logo passou a dominar o computador como habil digitadora e digitalizadora. Não precisava mais que uma explicação. Ela captava logo e executava o solicitado e era muito estimada pelos funcionários da Biblioteca da AMAN que me apoiavam. E também passou a dominar por completo o uso do Celular.

Em 20 de Dezembro 2019 com a extinção da FAHIMTB, por falta de recursos para a manter, em razão da extinção de meu contrato de Prestador de Tarefa para escrever e publicar a História do Exército e rompimento do apoio financeiro que de longa data recebia da FHE-POUPEX, tive de fundar independente 5 AHIMTBs que até então eram subordinadas a FAHIMTB e na esperança que elas dessem continuidade ao trabalho da extinta FAHIMTB.

E passei a trabalhar, ou melhor, me divertir continuando a escrever sobre a História do Exército por conta própria. Pois quem faz o que gosta e sabe fazer, não trabalha se diverte!

E contratei Camila para comigo trabalhar de acordo com as Leis Trabalhistas, para que ela pudesse patrocinar seu estudos de Direito na Faculdade de Direito da Fundação Educacional D.Bosco, na qual vem se destacando por suas boas notas.

Depois de 6 anos é muita expressiva a contribuição da Camila para o desenvolvimento da História do Exército Brasileiro em especial. Por agilizar a produção de meus livros e artigos sobre História Militar e os encaminhando ao meu filho, o Veterano Capitão de Mar e Guerra Carlos Noberto Stumpf Bento, que desde a fundação da FAHIMTB criou e administra meu site www.ahimtb.org.br. Desenvolvimento rápido de meus Livros e Plaquetas, graças aos seus notáveis conhecimentos de Informática, que aprendeu sem curso e por curiosidade e do uso do Celular, além de realizar meus serviços de Bancos e Correios. Tudo com elevada presteza e dedicação exemplares.

Enfim, Camila tornou-se uma valiosa e prestimosa acessora deste historiador e jornalista. Desenvolveu uma boa capacidade e criatividade de fazer as capas de meus Livros e Plaquetas digitais e até estará sendo co-autora de alguns de meus livros digitais.

Esta é a jovem e dedicada Camila Karen que trabalha há 6 anos comigo e que a considero hoje uma espécie de bisneta do coração, pois até o momento não possui bisnetos. Até ela respondeu todas as minhas perguntas sobre Informática e sobre o uso do Celular. Ela já construiu um belo nome, e votos de que ela continue a enriquecer o seu nome. Pois é muito importante em nossas vidas construir um belo e confiável nome.”